



Conselho de Segurança das Nações Unidas

Tensão na África: a crise em Guiné-Bissau



Luiza Nazaré

Arthur Barbosa

Igor Tofaneli

Apresentação da Mesa

Olá senhores delegados. Meu nome é Luiza Nazaré de Oliveira, 17, e curso o terceiro ano em técnico de Redes de Computadores no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e é com grande honra que me apresento aos senhores como diretora do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa será minha segunda vez formando uma mesa no MOCS, sendo a primeira na edição anterior como diretora assistente na SIP, Sociedade Interamericana de Imprensa que tratava sobre liberdade de expressão e impunidade. Muito obrigada a todos que, assim como eu, escolheram, de alguma forma, participar e colaborar para este comitê. Os senhores podem contar comigo sempre que preciso para tirar dúvidas sobre o comitê e sobre o MOCS.

Senhores delegados, meu nome é Arthur Barbosa, e é com imenso prazer que me faço um dos diretores do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no MOCS IV. Conclui o 3º ano no CEFET no final do ano passado, mas não consegui me desligar da CODIC e desse projeto tão espetacular. Participei do MOCS desde a sua primeira edição, em 2011, como delegado. Em 2012 retornei como delegado e no ano passado tive a honra de ser diretor do Grupo dos 20, que debateu a Corrupção mundial. Este ano, desejo a todos uma simulação construtiva e esclarecedora, como as incontáveis que fiz foram para mim. Estarei ao lado de dois colegas muito estimados: a ilustríssima diretora Luiza Nazaré e o excelentíssimo diretor assistente Igor Tofaneli. Estarei sempre disponível aos senhores, para todo e qualquer eventual problema. Aproveitem!

Olá senhores delegados! Eu sou Igor Tofaneli, 16 anos, aluno do curso técnico em Meio Ambiente, 2º ano/ 2014, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Participei de uma simulação teste ao final do ano de 2013, e após as férias, fui convidado pelos membros da CODIC (Comissão de Diplomacia do CEFET) a fazer parte da comissão, sendo diretor-assistente do MOCS IV, no comitê do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cujo tema é o Golpe Militar em Guiné-Bissau ocorrido em 2012. Acumulei experiências de duas simulações, e pretendo continuar delegando várias outras futuras simulações. Tenho muito orgulho de fazer parte da CODIC e agradeço muito aos meus veteranos por confiarem em mim e me apoiarem, e pretendo também dar sucessão ao trabalho deles e recrutar novos membros para a CODIC.

Sumário

Apresentação da Mesa	2
1. O Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	6
1.1. Carta das Nações Unidas	6
1.1.1. Composição.....	6
1.1.2. Funções e poderes	7
1.1.3. Votação	8
1.1.4. Procedimento.....	9
1.2. Membros do Conselho	10
2. Guiné-Bissau	10
3. Contextualização	11
3.1. Antecedentes do Golpe	11
3.2. O Golpe de Estado e suas Consequências.....	13
4. Perguntas a serem respondidas	18
5. Posicionamento dos países	19
5.1. Membros permanentes	19
5.1.1. República Popular da China	19
5.1.2. Federação Russa	20
5.1.3. República Francesa.....	22
5.1.4. Estados Unidos da América	23
5.1.5. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.....	24
5.2. Membros não permanentes	26
5.2.1. República Argentina	26
5.2.2. Comunidade da Austrália	27
5.2.3. República do Chade	29
5.2.4. República do Chile.....	30
5.2.5. Reino Hachemita da Jordânia	32
5.2.6. República da Lituânia	33
5.2.7. Grão-Ducado de Luxemburgo	35
5.2.8. República Federal da Nigéria	37
5.2.9. República da Coreia	39

5.2.10. República de Ruanda	41
5.3. Membros observadores.....	43
5.3.1. Guiné-Bissau	43
6. Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre a Guiné-Bissau	47
7. Referências e links úteis	72

1. O Conselho de Segurança das Nações Unidas

De acordo com sua carta, publicada em 1945, a Organização das Nações Unidas tem quatro propósitos:

- 1) Manter a paz e a segurança internacional;
- 2) Construir relações amigáveis entre as nações;
- 3) Cooperar na solução de problemas internacionais e na promoção do respeito pelos direitos humanos;
- 4) Ser um centro para harmonizar as ações das nações.

Foi considerando estes propósitos que, desde 1946, quando em 17 de janeiro teve sua primeira sessão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas zela pela paz e estabilidade nas relações internacionais e também em algumas questões internas que abalam certos países. Para garantir que os quatro princípios das Nações Unidas sejam cumpridos o CSNU tem a liberdade para, até mesmo, obrigar um país a tomar uma atitude que erradique, ou pelo menos amenize, os conflitos em questão.

1.1. Carta das Nações Unidas

1.1.1. Composição

Artigo 23º

O Conselho de Segurança será constituído por 15 membros das Nações Unidas. A República da China¹, a França, a União das Repúblicas Socialistas

¹ Em 1971, a República Popular da China substituiu a República da China (Taiwan) no Conselho de Segurança.

Soviéticas², o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá 10 outros membros das Nações Unidas para membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros objetivos da Organização e também uma distribuição geográfica equitativa.

Os membros não permanentes do Conselho de Segurança serão eleitos por um período de dois anos. Na primeira eleição dos membros não permanentes, depois do aumento do número de membros do Conselho de Segurança de 11 para 15, dois dos quatro membros adicionais serão eleitos por um período de um ano. Nenhum membro que termine o seu mandato poderá ser reeleito para o período imediato.

Cada membro do Conselho de Segurança terá um representante.

1.1.2. Funções e poderes

Artigo 24º

A fim de assegurar uma ação pronta e eficaz por parte das Nações Unidas, os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles.

No cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os objetivos e os princípios das Nações Unidas. Os poderes específicos concedidos ao Conselho de Segurança para o cumprimento dos referidos deveres estão definidos nos capítulos VI, VII, VIII e XII.

² Com a queda da União Soviética em 1991, a Federação Russa toma posse do seu assento no Conselho de Segurança.

O Conselho de Segurança submeterá à apreciação da Assembleia Geral relatórios anuais e, quando necessário, relatórios especiais.

Artigo 25º

Os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e aplicar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.

Artigo 26º

A fim de promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais, desviando para armamentos o mínimo possível dos recursos humanos e económicos do mundo, o Conselho de Segurança terá o encargo de elaborar, com a assistência da Comissão de Estado-Maior a que se refere o Art. 47, os planos, a serem submetidos aos membros das Nações Unidas, tendo em vista estabelecer um sistema de regulamentação dos armamentos.

1.1.3. Votação

Artigo 27º

Cada membro do Conselho de Segurança terá um voto.

As decisões do Conselho de Segurança, em questões de procedimento, serão tomadas por um voto afirmativo de nove membros.

As decisões do Conselho de Segurança sobre quaisquer outros assuntos serão tomadas por voto favorável de nove membros, incluindo os votos de todos os membros permanentes, ficando entendido que, no que se refere às decisões tomadas nos termos do capítulo VI e do nº 3 do Art. 52, aquele que for parte numa controvérsia se absterá de votar.

1.1.4. Procedimento

Artigo 28º

O Conselho de Segurança será organizado de maneira que possa funcionar continuamente. Cada membro do Conselho de Segurança estará, para tal fim, em todos os momentos, representado na sede da Organização.

O Conselho de Segurança terá reuniões periódicas, nas quais cada um dos seus membros poderá, se assim o desejar, ser representado por um membro do governo ou por outro representante especialmente designado.

O Conselho de Segurança poderá reunir-se em outros lugares fora da sede da Organização, que julgue mais apropriados para facilitar o seu trabalho.

Artigo 29º

O Conselho de Segurança poderá estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários para o desempenho das suas funções.

Artigo 30º

O Conselho de Segurança adotará o seu próprio regulamento, que incluirá o modo de designação do seu presidente.

Artigo 31º

Qualquer membro das Nações Unidas que não seja membro do Conselho de Segurança poderá participar, sem direito a voto, na discussão de qualquer questão submetida ao Conselho de Segurança, sempre que este considere que os interesses do referido membro estão especialmente em jogo.

Artigo 32º

Qualquer membro das Nações Unidas que não seja membro do Conselho de Segurança ou qualquer Estado que não seja membro das Nações Unidas será convidado, desde que seja parte numa controvérsia submetida ao Conselho de Segurança, a participar, sem direito a voto, na discussão dessa controvérsia. O

Conselho de Segurança determinará as condições que lhe parecerem justas para a participação de um Estado que não seja membro das Nações Unidas.

1.2. Membros do Conselho

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é constituído por quinze países ao todo, mas que podem ser divididos da seguinte forma: cinco países são membros permanentes (“The Permanent 5” ou somente “P5”). Esses são: República Popular da China, Federação Russa, Estados Unidos da América, República Francesa e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. O Conselho de Segurança conta também com a presença de dez membros rotativos cujo mandato tem duração de dois anos. Neste ano, os membros não permanentes do Conselho são: República da Argentina, Comunidade da Austrália, Grão-Ducado do Luxemburgo, República da Coreia, República de Ruanda, Reino da Arábia Saudita, República do Chade, República do Chile, República da Lituânia e República Federal da Nigéria.

2. Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau é um país que se situa na costa ocidental da África. A antiga colônia portuguesa teve sua independência declarada em 24 de setembro de 1973, quando passou a ser internacionalmente reconhecida como um país soberano por países comunistas e africanos. Mas, seu antigo colonizador, reconheceu a soberania do país somente cerca de um ano depois, em 10 de setembro de 1974. O histórico do país é marcado por golpes de estados e guerras civis. A democratização da Guiné-Bissau tem sido ao longo de sua história pela instabilidade política e por sua economia frágil, resultado da guerra civil.

3. Contextualização

3.1. Antecedentes do Golpe

Para compreender toda a dinâmica da situação bissau-guineense é necessário que se entenda o processo de independência do país e suas consequências sociais e políticas.

Com o fim do domínio português, o país entrou em uma enorme gama de conflitos que ditam as regras do cotidiano político, social e econômico do país até os dias de hoje. O histórico de conflitos é realmente muito grande: em 1980, quando o primeiro presidente foi derrubado após a independência; em 1988, com a explosão de uma Guerra Civil, quando forças derrubaram o então presidente Nino, morto em 2009 pelos militares; em 2003, com a queda do governante da época, além dos próprios conflitos no interior das forças armadas, ou tentativas de golpe (como em 2008, quando o presidente Nino estava novamente no poder, após as eleições de 2005, e os militares tentaram então derrubá-lo).

A relação conflituosa entre o poder militar e o político, portanto, é uma das formas de se compreender a instabilidade bissau-guineense – algo que remonta, justamente, à participação decisiva dos militares no processo de libertação nacional. Nas palavras do cientista Tchernó Djaló, “o país tornou-se refém de uma situação em que coexistem duas fontes de poder: a militar e a democrática”. A questão, portanto, reside, principalmente, na insubordinação da estrutura militar ao poder civil e às regras e normas constitucionais democráticas.

Com toda essa problemática entre as Forças Armadas e o governo democrático, no dia 1º de abril de 2010, revoltosos militares, sobre o comando de Antônio Indjaí, vice-chefe das forças armadas, encarceraram o então chefe das Forças Armadas (Zamora Induta) em uma base aérea em Bissau. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro, Carlos Gomes, foi mantido em prisão domiciliar. Algumas horas após o ataque dos homens de Indjaí, Carlos Gomes

foi liberado e mantido no cargo de primeiro-ministro, enquanto Indjaí se autoproclamou chefe das Forças Armadas.

Apesar disso, antes da libertação de Carlos Gomes, a população saiu às ruas e se manifestou quanto ao ocorrido, o que consequenciou em uma declaração de Antonio Indjaí, o qual disse que mataria o primeiro-ministro caso a população permanecesse nas ruas. Com o grande apoio da população ao primeiro-ministro (também líder do PAIGC – Partido Africano da Guiné e Cabo Verde), além da pressão internacional, forçaram Antonio Indjaí a recuar, pedindo desculpas à população e negando se tornar o chefe das Forças Armadas.

Tudo isso levou a uma pressão ainda maior da Comunidade Internacional. A União Europeia (UE) se reuniu e aplicou sanções individuais aos envolvidos diretamente na tentativa de golpe, e até mesmo o próprio Presidente Lula, em seu último ano de mandato, disse que só prestaria ajuda econômica à Guiné caso fossem resolvidos os problemas internos.

A reação imediata às sanções aos militares guineenses foi proferida por Portugal, que conseguiu travar e adiar as decisões tomadas pela UE. A posição portuguesa, assumida por Luis Amado, então ministro português dos Negócios Estrangeiros, refletia um pedido do presidente Malam Bacai Sanhá para que Portugal se posicionasse em favor da Guiné-Bissau.

Com o conflito militar interno, a segurança da população bissau-guineense precisava ser restaurada, o que foi realizado por uma solução regional, provinda da Angola, que criou a MISSANG (Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau), com apoio da ONU, em março de 2011. A missão assumiu, assim, a função de intervir na infraestrutura e organização das forças armadas, o que incluiria reformas no espaço físico dos principais quartéis e a criação de um centro de formação dos militares bissau-guineenses. Tal missão foi, surpreendentemente, apoiada por Antônio Indjaí, mas levou à Angola a um protagonismo muito grande no setor de segurança do país, fazendo com que os europeus tivessem que recuar um pouco em sua tentativa de aproximação e controle da situação.

3.2. O Golpe de Estado e suas Consequências

No dia 9 de janeiro de 2012 foi anunciada a morte do então presidente da Guiné-Bissau. Sendo assim, Domingos Simões Pereira, diplomata bissau-guineense que ocupava o cargo de secretário executivo da CPLP, por exemplo, defendia o cumprimento do prazo constitucionalmente estabelecido para a realização de novas eleições, ou que as autoridades chegassem a um consenso em relação a uma data realista, pois a lei do país estabelece o prazo de apenas 60 dias.

A comunidade internacional então se colocou dividida com a questão. De um lado, Portugal acreditava que o país possuía força e soberania suficientes para reorganizar o governo, e apelava para que as forças de defesa e segurança adotassem as medidas necessárias para assegurar a ordem. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos da América, juntamente ao restante da União Europeia, apelavam para o respeito às instituições democráticas no país e declaravam que pretendiam conceder o apoio necessário para a realização das novas eleições presidenciais.

A população da Guiné-Bissau se viu também dividida: algumas forças políticas apoiavam a permanência do presidente da Assembleia Nacional Popular, Raimundo Pereira, no poder, enquanto outras, chamadas de “oposição democrática”, acreditavam que a sua permanência se tratava de uma estratégia de Golpe, juntamente ao primeiro-ministro e ao PAIGC.

Raimundo Pereira assumia, então, interinamente o cargo de presidente da República com o objetivo maior de levar adiante o processo eleitoral para a escolha do substituto de Sanhá. Cumprir a determinação constitucional foi o primeiro problema para Pereira: a Comissão Eleitoral Nacional (CNE) alegou, no final do mês de janeiro de 2011, que o necessário recadastramento dos eleitores demandaria um período além do prazo concedido pela Constituição.

Em meio às dificuldades, o processo se iniciou em meados do mês de março de 2012. Pelos resultados, o então primeiro-ministro possuía a maior parte dos votos, mas haveria um segundo turno. O outro candidato ao segundo

turno então se recusou a participar do mesmo, acusando a Comissão Eleitoral de fraude, à favor da eleição de Carlos Gomes (Primeiro-ministro).

A problemática eleitoral levou a uma desordem ainda maior na Guiné-Bissau. Nacional e internacionalmente, passou-se a falar que a ordem constitucional bissau-guineense estava em perigo. O temor, assim, era o de que o não reconhecimento do resultado eleitoral poderia conduzir alguns setores insatisfeitos para uma tentativa de golpe de Estado.

Naquele momento, um debate fertilizado pelos próprios militares pôs em causa a missão angolana de reforma e modernização do setor de defesa de Guiné-Bissau. Segundo informações da imprensa na primeira semana de abril de 2012, Antonio Indjaí passou a pressionar o governo para que a MISSANG fosse desativada. O pedido de Indjaí foi apoiado não apenas no interior do setor militar, mas também pela oposição política.

Para o chefe militar, a Angola havia violado o acordo que instaurou a missão ao enviar secretamente, para Guiné-Bissau, um extenso material bélico, incluindo tanques de guerra e coletes para os 120 militares angolanos que se encontram no país. Anteriormente, o tenente-general, em uma reunião especial na Assembleia Nacional, já havia se posicionado contrariamente à permanência da MISSANG no país. Estranhamente, Indjaí, como mencionado acima, foi um dos mentores do acordo estabelecido em março de 2011.

Após toda a pressão, o governo angolano não adiantou qualquer data para a retirada dos 200 militares e polícias da missão de cooperação militar, afirmando apenas que iria proceder à retirada unilateral e completa da Missang do território da Guiné-Bissau.

Apesar do fim da Missang, Angola declarou a sua disponibilidade para participar de modo bilateral e num quadro multilateral, devidamente mandatado pela comunidade internacional, para a segurança e estabilidade, para a consolidação do Estado democrático de direito e também para o desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau.

Estes eram os ânimos no país quando na noite de quinta-feira, dia 12 de abril de 2012, quando se ouviu os primeiros tiros na capital. Enquanto as rápidas notas na imprensa digital multiplicavam-se, tentando dar conta do que se passava, em poucas horas entendeu-se que se estava configurando um novo golpe de Estado na Guiné-Bissau. Após o tiroteio, militares dirigiram-se até a Rádio Nacional e suspenderam suas atividades. Rádios particulares também foram obrigadas a encerrar suas programações. A casa do primeiro-ministro, Carlos Gomes Junior, foi atacada com granadas. Gomes Junior, como se esclareceu posteriormente, foi detido pelos militares ao lado do presidente interino, Raimundo Pereira. Os militares golpistas também ocuparam a sede do partido governista, PAIGC, enquanto que, as embaixadas, foram cercadas pelos homens armados.

No dia seguinte, o tiroteio acalmou, mas os militares continuavam a bloquear as ruas da capital. As ações, em curso, foram assumidas por um grupo autodenominado “Comando Militar”. Mesmo sem declarar qual era o líder da operação, o golpe foi rapidamente associado à figura do chefe das Forças Armadas, Antonio Indjaí. O Comando Militar emitiu posteriormente um comunicado responsabilizando a Angola pelo golpe de Estado. Segundo os militares, havia um acordo secreto entre os angolanos e o governo guineense em torno dos materiais bélicos supostamente enviados, que poderia ameaçar a vida e a segurança da elite das Forças Armadas.

No âmbito internacional, o golpe foi veementemente repreendido. No dia seguinte à tomada do poder pelos militares, o Brasil pediu uma reunião de emergência no Conselho de Segurança da ONU. O governo português e a CPLP fizeram um apelo contra os atos de violência e exigiu a liberação dos presos políticos. À época, a CPLP defendia uma “força de interposição” com o aval da ONU. Em Lisboa, o presidente do organismo lusófono leu aos jornalistas uma resolução com a proposta de criar uma força de intervenção “em articulação com a CEDEAO, União Africana e União Europeia”.

Posteriormente, o “Comando Militar” reuniu-se com alguns partidos políticos da oposição, incluindo o PRS, único com representação parlamentar,

para debater a transição após o golpe. Segundo as informações divulgadas depois do encontro, os partidos envolvidos seriam responsáveis por criar um Conselho Nacional de Transição, que governaria o país até as próximas eleições.

Em meio às incertezas, o impasse encontrou solução no protagonismo de um único organismo regional. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), tornou-se o ator mais relevante no enfrentamento do problema.

A atuação da CEDEAO teve início com a utilização do termo “tolerância zero”. Assim, esperava-se uma ação mais decisiva para o retorno da normalidade constitucional do país. O termo, “tolerância zero”, utilizado primeiramente pela CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), converteu-se em ponto comum no tratamento do problema, dando a sensação de que ONU, CPLP, União Africana e CEDEAO trabalhariam em conjunto para repor a legitimidade democrática anterior. As afirmações provenientes da ONU corroboravam esta percepção: para as Nações Unidas, o envio de uma missão para a Guiné-Bissau deveria nascer de um acordo entre os organismos acima citados, de uma “força conjunta”.

A CEDEAO, no entanto, assumiu unilateralmente as negociações com o Comando Militar – isto, em parte, por conta da fraqueza da CPLP em agir nos momentos de tensão e conflito. Em meio às negociações, que envolveram a exigência de libertação do primeiro-ministro e do presidente, além das sanções aos golpistas, a postura da “tolerância zero”, repetida quase que diariamente, perdeu sua força e sua validade. No início do mês de maio de 2012, os militares afirmavam que aceitariam libertar Gomes Junior e Raimundo Pereira e concordariam em entregar rapidamente o poder aos civis para uma transição de 12 meses, mas continuavam irredutíveis quanto à possibilidade de prosseguir com o processo eleitoral interrompido. Estas exigências foram prontamente acordadas com a CEDEAO.

Após acordado com a CEDEAO foi criado então o Conselho Nacional de Transição, para a formação de um novo governo. Enquanto tal ação ocorria, a

CEDEAO anunciou o envio de uma força militar de 600 homens à Guiné-Bissau, chamada ECOMIB (Força de Alerta da Comunidade de Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau), com a intenção de conter a violência.

Diante disso, as futuras eleições de um novo presidente para Guiné-Bissau foram aguardadas e sempre adiadas, pois o Governo de transição mesmo em 2013 prolongou seu “mandato” para o mês de dezembro. A resistência ao golpe e ao governo de transição perdeu a força, apesar de que a população ainda lutava pela democracia total.

O PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, maior partido da Guiné-Bissau – entrou em acordo com os partidos opositores e então as eleições foram marcadas para o primeiro trimestre de 2014, sendo esperadas até o presente momento.

Apesar disso, o Golpe ainda deixa riscos para toda a população e infringe nos direitos de cada cidadão. As acusações mais preocupantes dizem respeito aos ataques às cláusulas dos direitos civis. Com os direitos e as liberdades dos cidadãos sendo constantemente desrespeitadas, pode-se concluir que o principal objetivo do golpe de Estado foi atingido: os militares resguardaram sua posição privilegiada, acima da política, da Constituição e da democracia. Em relação às razões do golpe, é preciso compreender que uma combinação de fatores - disputa geopolítica regional, questões internas, do passado e do presente - foi determinante para a sua consecução e para o seu sucesso.

No dia 26 de novembro, então, foi pedida uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo Secretário Geral da ONU, através do relatório sobre a situação do país. Ban ki Moon ressalta a importância do reforço militar para conter os atos de violência e proporcionar uma atmosfera propícia às eleições e também como uma forma de apoio às autoridades que serão eleitas. Receando um possível novo ataque militar e visando a proteção da população que agora sofre com a violência e desordem, tanto a União Africana quanto membros das Nações Unidas apoiam o reforço da ECOMIB. Os militares não apoiam tal medida, o que pode acarretar em novos conflitos.

4. Perguntas a serem respondidas

- 1) Até onde se limita a soberania da Guiné-Bissau? Como reconstruir a imagem do país soberano para a comunidade internacional?
- 2) É necessária a aplicação de sanções drásticas à Guiné-Bissau?
- 3) É preciso estabelecer um prazo máximo para a realização das eleições? Caso ele não seja cumprido, quais medidas devem ser tomadas?
- 4) Qual jurisdição da União Africana perante ao problema? Será mesmo necessário deixar a missão militar em posse da ECOWAS, apenas com a ECOMIB?
- 5) A CPLP deve ter poder de voz maior na situação? Quem deve fiscalizar as eleições?
- 6) Qual deve ser o destino dos culpados e criminosos que realizaram o golpe e cometeram crimes contra o povo guineense e contra os Direitos humanos?
- 7) Como deve ser realizado o reforço da ECOMIB? Ele é mesmo necessário?
- 8) De que forma deve ser feito um diálogo entre a ECOMIB, o governo atual de transição da Guiné-Bissau e a ONU? É preciso um agente intermediário? Qual?
- 9) Como o país deve ser auxiliado no processo de restauração da democracia? Como auxiliar a população?
- 10) Quais países devem estabelecer maiores relações internacionais com a Guiné-Bissau? A Angola deve reinstaurar a cooperação militar com o país?

5. Posicionamento dos países

5.1. Membros permanentes

5.1.1. República Popular da China

A República Popular da China se encontra hoje sob um estado unipartidário e seu atual presidente é Xi Jinping. Seu IDH é de 0,699 e seu PIB foi de cerca de 12,382 trilhões de dólares em 2012. O país, ainda no período Imperial, logo após as derrotas sofridas pelas guerras, enfrentou dois golpes de Estado. Um plano de reforma para o império para se tornar uma moderna monarquia constitucional ao estilo Meiji foi elaborado pelo imperador Guangxu em 1898. Porém, encontrou resistência e foi parado pela imperatriz Tseu-Hi, que colocou o imperador sob prisão domiciliar em um golpe de Estado.

No início do século XX, uma massiva desordem civil havia começado e apelos por reformas e revolução eram ouvidos em todo o país. O imperador Guangxu, então com 38 anos de idade, morreu em prisão domiciliar em 14 de novembro de 1908, curiosamente um dia antes da morte da própria Tseu-Hi. Com o trono vazio, ele foi sucedido pelo herdeiro escolhido a dedo pela imperatriz, seu sobrinho de dois anos de idade Pu Yi, que se tornou o imperador Xuantong. A Rainha consorte de Guangxu tornou-se a imperatriz viúva Longyu. Em outro golpe de Estado em 1912, Yuan Shikai derrubou Pu Yi e forçou Longyu a assinar o decreto de abdicação como regente, terminando mais de dois mil anos de domínio imperial na China. Assim deu início à República da China.

A República Popular da China e a República da Guiné-Bissau estabeleceram as relações diplomáticas em 15 de Março de 1974 e, em 31 de Maio do mesmo ano, a China cessou as suas relações diplomáticas com a mesma. Entretanto, em 23 de Abril de 1998, a China e a Guiné-Bissau restabeleceram as relações, pelo acordo bilateral "O Comunicado Conjunto sobre o Restabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República

Popular da China e a República da Guiné-Bissau". Assim possuem relações nas áreas do Comércio e a Cooperação Econômica e Técnica, os Intercâmbios e as Cooperações Bilaterais nas Áreas da Cultura, Ciência, Tecnologia, Educação e Defesa. Um exemplo disso é a FOCAC (Fórum de Cooperação China-África), que é uma plataforma criada em 2000 pela China e os países africanos amigáveis para consulta coletiva e diálogo e como um mecanismo de cooperação entre os países em desenvolvimento, que se reúne de três em três anos. Os principais objetivos do Fórum são dois: primeiro, é reforçar a consulta e ampliar a cooperação dentro de uma estrutura pragmática e, segundo, para promover o diálogo político e da cooperação econômica com vista à busca de reforço e cooperação mútua.

Em relação aos acontecimentos ocorridos recentemente a respeito da situação política da Guiné-Bissau, a China apoia os esforços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para resolver a crise do país.

O Governo chinês também condenou o golpe de Estado na Guiné-Bissau e pediu a libertação dos líderes políticos detidos pelos golpistas, entre eles o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. "Apoiamos os esforços da CPLP e da CEDEAO para mediar a questão. A China opõe-se à tomada do poder pela força na Guiné-Bissau", disse um porta-voz do MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) chinês, Liu Weimin, em resposta a agência Lusa em Pequim.

5.1.2. Federação Russa

A Federação Russa é atualmente uma democracia federal, baseada num sistema de Estado de Direito sob a forma de República. Os três poderes do Estado, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, são independentes entre si. As decisões políticas são tomadas na Assembleia Federal da Rússia, que é constituída por dois congressos: a Duma e o Soviete da Federação, a câmara baixa e a câmara alta, respectivamente. Seu atual presidente é Vladimir Putin e

o Primeiro-ministro Dmitri Medvedev. Apresenta um IDH de 0,788 e seu PIB é de 2,188 trilhões de dólares.

Como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a Rússia desempenha um papel importante na manutenção da paz e da segurança internacional. O país participa do Quarteto de Madrid e do Diálogo a Seis com a Coreia do Norte. A Rússia é membro do Conselho da Europa, da OSCE (Organização para Segurança e Cooperação na Europa) e da APEC (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico). O país assume, geralmente, um papel de liderança em organizações regionais como a CEI (Comunidade dos Estados Independentes), EurAsEC (Comunidade Econômica da Eurásia), OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva) e a OCX (Organização para Cooperação de Xangai). O presidente Vladimir Putin defendeu uma parceria estratégica e uma estreita integração em várias dimensões, incluindo a criação de espaços comuns, com a União Europeia. Desde o colapso da União Soviética, a Rússia tem desenvolvido uma relação amistosa, apesar de volátil, com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O Conselho OTAN-Rússia foi criado em 2002 para permitir que os 26 membros da aliança militar e a Rússia trabalhem juntos como parceiros iguais para aproveitar as oportunidades de colaboração conjunta.

A Guiné-Bissau e a Rússia possuem relações diplomáticas desde a época da União Soviética, que foram estabelecidas em seis de outubro de 1973. Em 21 de fevereiro de 1975. Uma série de acordos foram assinados pelos dois estados, cobrindo as áreas econômica, técnica, cultural e científica de cooperação, um acordo comercial e de um acordo de serviços aéreos. Em 31 de dezembro de 1991, a Guiné-Bissau reconheceu a Federação Russa como o Estado sucessor da União Soviética, depois deste último se dissolver. Na reunião realizada em junho de 2012 em Guiné-Bissau, organizar eleições legislativas e presidenciais dentro de doze meses e proceder à reforma do setor de defesa e segurança foram as tarefas que Nhamadjo - presidente guineense de transição - apresentou ao embaixador da Rússia na Guiné-Bissau, Mikhail Valinsky, como sendo as prioridades da sua

presidência. A Rússia, prezando para o bem das suas relações com Guiné-Bissau e da população do mesmo em crise, defende a paz e a regularização da situação política no país africano.

5.1.3. República Francesa

A República Francesa, atualmente é uma república unitária semipresidencialista, sendo governada pelo presidente François Hollande. Possui um IDH muito elevado, sendo de 0,893 e seu PIB de 2011 atingiu cerca de 2,216 trilhões de dólares. Além de ser um membro fundador da Organização das Nações Unidas, a França é um membro da Francofonia - a região linguística descontínua e que corresponde à comunidade linguística que envolve todas as pessoas que têm em comum a língua francesa, e, a partir dela, compartilham de aspectos culturais semelhantes - além de ser membro do G7, do G20, da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), da OMS (Organização Mundial de Saúde) e da União Latina - criada em 15 de maio de 1954, é uma organização internacional composta pelos países cujas línguas oficiais ou nacionais são línguas românicas (línguas neolatinas ou línguas latinas); seu objetivo principal é promover e disseminar sua essência comum e aquilo que identifica o mundo latino.

Durante a história da República Francesa não houveram registros de um golpe de Estado ocorrido no país. Somente registros de guerras, envolvimento, conflitos e revoluções, como a Revolução Francesa de 1789, que modificou a política do país completamente, passando de Monarquia a Império e posteriormente, à República.

Em 2008, a França assinou um documento de parceria com a Guiné-Bissau, válido entre 2008 e 2012, a fim de promover integrações políticas, econômicas e culturais mais profundas, respondendo às necessidades nacionais da Guiné-Bissau.

Em relação à situação política atual da Guiné-Bissau, a França entende que a única forma de ajudar o país a resolver os problemas é através de eleições “sérias e transparentes”, como afirmou o embaixador francês em Bissau, Michel Flesch. “A posição de França resume-se a uma frase: a Guiné-Bissau vive uma situação política difícil. O princípio universal da democracia resume-se a esta frase: a soberania pertence ao povo que a exprime através das eleições”, observou o diplomata.

Então a única forma de resolver os problemas políticos da Guiné-Bissau seria através de eleições que permitiriam ao povo pronunciar-se, permitindo que as pessoas demonstrem a sua sabedoria. “A França apoia a democracia e a expressão do povo guineense em eleições sérias, livres e transparentes. Tudo o que será feito para permitir que os guineenses se expressem como querem ver o seu futuro, nós apoiamos”, notou Michel Flesch. A postura da França é muito firme quanto ao Estado de Direito e aos Direitos Humanos, e demonstra uma sensibilidade, com realismo, pragmatismo, sem abandonar princípios e sabendo como fazer avançar processos complicados.

5.1.4. Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América hoje são uma república constitucional e uma democracia representativa (em que a regra da maioria é temperada por direitos das minorias protegidos por lei), cujo atual governante é o presidente Barack Obama. Apresenta IDH muito elevado, de 0,937 (2012), o 3º maior do mundo. Seu PIB é cerca de 15,065 trilhões de dólares.

Os Estados Unidos exercem uma forte influência econômica, política e militar em todo o mundo. O país é um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a cidade de Nova Iorque hospeda a sede da Organização das Nações Unidas. Quase todos os países têm embaixadas em Washington D.C. e muitos consulados em todo o país. Da mesma forma, quase todas as nações acolhem missões diplomáticas americanas. No entanto, Cuba, Irã, Coreia do Norte, Butão, Sudão e a República da China (Taiwan) não têm relações diplomáticas formais com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos mantêm laços fortes com o Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Coreia do Sul e Israel. Trabalha em estreita colaboração com outros membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre questões militares e de segurança, e com seus vizinhos por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, têm acordos de livre comércio trilateral, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio com o Canadá e o México. Embora os gastos em assistência oficial ao desenvolvimento para diversas partes do mundo tenham representando parte significativa do PIB estadunidense, as doações particulares ao exterior dos norte-americanos são relativamente generosas, particularmente com Israel.

Os Estados Unidos, sendo um dos países mais influentes do mundo, como já citado, condena o golpe militar ocorrido na Guiné-Bissau, os episódios de violência política e de intimidação no país africano, em particular o sequestro e agressão de um membro do Partido de Renovação Social (PRS), assim como os demais membros do Conselho de Segurança e como a Comunidade Internacional, além do narcotráfico envolvendo o comércio internacional e nacional da Guiné-Bissau. A secretária de Estado Hillary Clinton disse haver o perigo da Guiné-Bissau se tornar num Estado totalmente dependente de traficantes de droga caso a comunidade internacional não rejeitasse o golpe.

Washington exigira, logo após o golpe, a restituição do governo deposto e a conclusão do processo eleitoral e suspendeu quase três milhões de dólares em ajuda externa. Assim, os Estados Unidos procuram a estabilidade política em Guiné-Bissau, em promoção da paz e da democracia e da defesa dos Direitos Humanos.

5.1.5. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é regido hoje por um regime monárquico constitucional parlamentarista, sendo um Estado unitário. Sua monarca é Elisabeth II e o primeiro-ministro, David Cameron. O Reino

Unido tem um governo parlamentar baseado em fortes tradições: o Sistema Westminster (sistema de governo democrático parlamentar elaborado com base no sistema vigente no país), um legado do Império Britânico. Possui IDH de 0,875 e um PIB de 2,378 trilhões de dólares.

O Reino Unido é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, membro da Comunidade Britânica de Nações (*Commonwealth*), do G8, G7, G20, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Conselho da Europa, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e é um Estado-membro da União Europeia. O Reino Unido coloca uma ênfase particular sobre a sua "relação especial" com os Estados Unidos.

Em relação aos ocorridos na República da Guiné-Bissau, o Reino Unido exigiu que o Governo de transição da Guiné-Bissau realizasse Eleições Gerais o mais rápido possível, antes do final de 2013; condenou o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012; e faz coro à Comunidade Internacional, declarando que esse terá que ser o último golpe de Estado no país africano.

John Marshall, embaixador do Reino Unido em Dakar, fez as declarações no âmbito da visita ao país do Grupo Parlamentar da Amizade Reino Unido – Guiné-Bissau, a 18 de Fevereiro de 2013, na sede da União Europeia (UE), numa cerimônia de recepção oferecida pelo Delegado da UE em Bissau.

O Reino Unido pretende ver em funcionamento na Guiné-Bissau um governo de transição genuinamente inclusivo, tendo destacado o avanço dos níveis de diálogo entre o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido da Renovação Social (PRS). O funcionamento dos trabalhos na Assembleia Nacional Popular e a revisão e consequente assinatura do pacto de transição pelo PAIGC foram aspectos igualmente destacados por John Marshall, como passo essencial para que sejam retomados os contatos entre o Governo de transição e a Comunidade Internacional.

Neste sentido, as leis guineenses devem ser adaptadas de modo a prever a participação de observadores nacionais, que desempenham um papel crucial em todas as democracias do mundo. "Estas Eleições deverão ser credíveis e conduzir a um governo democraticamente eleito que possa ser novamente acolhido no seio da família das nações e trabalhar para melhorar vida dos cidadãos da Guiné-Bissau", afirmou Marshall.

O Reino Unido se refere a aplicar um plano de reforma no setor de Defesa e Segurança, garantindo sustento aos antigos combatentes e promovendo uma nova geração de dirigentes que compreenda o papel dos militares em democracia, além de defender uma ordem constitucional, estabilidade política, paz, segurança, democracia, e por uma população com uma voz ativa na orientação dos destinos, através do desenvolvimento econômico: "Este é o futuro que pretendemos para a Guiné-Bissau, que a população deseja e merece", completa Marshall.

5.2. Membros não permanentes

5.2.1. República Argentina

A República Argentina foi um dia colônia espanhola e tem como língua oficial o espanhol. A colonização espanhola iniciou-se em 1512 e o país emergiu como o Estado sucessor do Vice-Reino do Rio da Prata, colônia espanhola fundada em 1776. A declaração e a luta pela independência (1810-1818) foram seguidas por uma longa guerra civil, que durou até 1861 e terminou com a reorganização do país como uma federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, a Argentina enfrentou vários golpes militares e períodos de instabilidade política, juntamente com crises econômicas periódicas que contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

O país sofreu com um golpe militar em 1962 e somente em 1989 a democracia foi instaurada na Argentina e desde então vem sendo um Regime Democrático de República Presidencialista, da qual a atual presidente é Cristina E. F. de Kirchner, sendo a primeira mulher reeleita presidente na América Latina, em 2011. A República Argentina ocupa hoje uma das cadeiras do Conselho de Segurança como membro não permanente e apresenta o 2º maior IDH da América Latina e possui 19º maior PIB do mundo.

A Argentina, junto a Brasil, Paraguai e Uruguai, forma parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União de Nações Sul-Americanas. O país participou em cada fase da operação do Haiti e também tem contribuído em operações de paz em diversas zonas do mundo. Em 2007, durante o governo Kirchner, Argentina assinou 294 acordos bilaterais, incluindo 39 com a Venezuela, 37 com o Chile, 30 com a Bolívia, 21 com o Brasil, 12 com a República Popular da China, 10 com a Alemanha, 9 com os Estados Unidos e Itália, e 7 como Cuba, Paraguai, Espanha e Rússia.

Em relação ao golpe de estado em 12 de abril de 2012 ocorrido em Guiné-Bissau e sua atual conjuntura política, a Argentina o condena assim como os demais membros do Conselho de Segurança, se pronunciando a favor da democracia e prezando pelos Direitos Humanos. O país defende a paz e a regularização da situação política em Guiné-Bissau, da maneira mais correta e se dispõe a auxiliar e a discutir as possíveis soluções com os demais membros do Conselho de Segurança.

5.2.2. Comunidade da Austrália

Atualmente, a Austrália é uma monarquia constitucional com uma divisão de poder federal (três poderes), além de ter um sistema de governo parlamentarista com a Rainha Elizabeth II como a Rainha da Austrália, um papel que é diferente da sua posição como rainha nos outros reinos da *Commonwealth*. Como a rainha reside no Reino Unido, os poderes executivos investidos nela pela Constituição são normalmente exercidos pelos

seus representantes na Austrália (o Governador-Geral, em nível federal e os governadores, em nível estadual), por convenção sobre os conselhos dos ministros da Rainha. Seu atual Governador-geral é Peter Cosgrove e o Primeiro-ministro, Tony Abbott. Seu IDH é de 0,938, o 2º maior do mundo e o seu PIB cerca de US\$ 918,978 bilhões (2011).

Nas últimas décadas, as relações exteriores da Austrália têm sido motivadas por uma associação estreita com os Estados Unidos através do pacto ANZUS (aliança militar que liga a Austrália e Nova Zelândia e, separadamente, a Austrália e os Estados Unidos - Tratado de Segurança), e pelo desejo de desenvolver relações com a Ásia e com o Pacífico, nomeadamente através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e do Fórum das Ilhas do Pacífico. Em 2005, a Austrália garantiu um lugar inaugural da Cúpula do Leste Asiático após a sua adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. A Austrália é um membro da *Commonwealth of Nations*.

A Austrália tem prosseguido com a causa da liberalização do comércio internacional. Isto levou a formação do Grupo de Cairns e da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. O país é um membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (UNCTAD) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) e exerceu várias grandes acordos bilaterais de livre comércio, mais recentemente, o acordo de livre comércio Austrália - Estados Unidos e estreita mento das relações econômicas com a Nova Zelândia. Em 2010, a Austrália estava negociando um acordo de livre comércio com o Japão, com o qual a Austrália tem estreitos laços econômicos como um parceiro confiável na região da Ásia-Pacífico. Junto com a Nova Zelândia, o Reino Unido, a Malásia e Singapura, a Austrália é parte do *Five Power Defence Arrangements*, um acordo de defesa regional. País membro fundador das Nações Unidas, a Austrália é fortemente comprometida com o multilateralismo, e mantém um programa de ajuda internacional ao abrigo do qual cerca de 60 países recebem assistência.

A Austrália, em relação ao golpe de estado ocorrido em Guiné-Bissau, assim como a Comunidade Internacional, o reconhece como sendo ilegítimo e defende a paz e a estabilização política em Guiné-Bissau em prol dos Direitos Humanos, além de que está disposta a utilizar de todas as maneiras possíveis para a regularização da situação em Guiné-Bissau.

5.2.3. República do Chade

A partir do sétimo milênio A.C., as populações humanas se mudaram para a bacia do Chade em grande número. Até o final do primeiro milênio a.C., uma série de estados e impérios se levantaram e caíram na faixa do Sahel do Chade, cada um focado em controlar as chamadas trans-saarianas, rotas comerciais que passavam pela região. A França conquistou o território em 1920 o incorporando como parte da África Equatorial Francesa. Em 1960, Chade obteve a independência sob a liderança de François Tombalbaye. O ressentimento em relação a sua política no norte muçulmano culminou com a erupção de uma duradoura guerra civil em 1965. Em 1978, os rebeldes conquistaram a capital e pôs fim à hegemonia do sul. No entanto, os comandantes rebeldes lutaram entre si até que Hissène Habré venceu seus rivais. Ele foi derrubado em 1990 por seu general Idriss Déby Itno. Desde 2003, a crise de Darfur, no Sudão tem derramado sangue sobre a fronteira e desestabilizou o país, com centenas de milhares de refugiados sudaneses que vivem dentro e ao redor de campos no leste do Chade.

O Chade continua atormentado pela violência política e recorrente tentativa de golpes de Estado [batalha de N'Djamena (2006) e Batalha de N'Djamena (2008)]. Chade é um dos mais pobres e mais corruptos países do mundo; a maioria dos habitantes vive na pobreza, como pastores e agricultores de subsistência. Desde 2003, o petróleo tornou-se a principal fonte de receitas de exportação do país, substituindo o tradicional algodão industrial.

A constituição estabelece um forte poder executivo encabeçado pelo presidente, que domina o sistema político. O presidente tem o poder de nomear

o primeiro-ministro e exerce uma influência considerável sobre a nomeação de juízes, generais, funcionários provinciais e chefes de empresas paraestatais. Em caso de ameaças graves ou imediatas, há a consulta da assembleia nacional, que declara estado de emergência. O presidente era eleito por meio do voto direto e popular para um mandato de cinco anos, até que em 2005 o tempo de mandato foi abolido na constituição. Desta forma, foi e ainda é permitido ao presidente permanecer no poder por mais de cinco anos.

Chade hoje se encontra numa política de república presidencialista, do qual o presidente é eleito por voto direto, e seu atual presidente é Idriss Déby Itno¹. O sistema legal do Chade é baseado no direito civil francês e no direito alfanegário, onde este último interfere na ordem pública ou em garantias constitucionais de igualdade. Seu IDH é considerado baixo e o PIB ocupa o 126º lugar mundial.

5.2.4. República do Chile

Antes da chegada dos europeus no século XVI, o norte do Chile estava sob o domínio Inca, enquanto os índios Mapuches (também conhecidos como araucanos pelos colonizadores espanhóis) habitavam o centro e o sul do território. Embora o Chile tenha declarado sua independência em 1817, a vitória decisiva contra o controle espanhol não foi alcançada até 1818. Só então, na década de 1830, o Chile surgiu como uma república autoritária relativamente estável. No século XIX, o Chile experimentou um crescimento econômico e territorial significativo, dando fim à resistência Mapuche na década de 1880 e ganhando seu atual território do norte na Guerra do Pacífico (1879-1883), após derrotar o Peru e a Bolívia. Na década de 1960 e início de década de 1970, o país experimentou grave polarização política de esquerda-direita e tumulto.

Em 11 de setembro de 1973, o presidente democraticamente eleito em 1970, Allende sofreu um golpe de estado e o general Augusto Pinochet assumiu o governo, instaurando uma ditadura militar, sendo esta uma das mais sangrentas do século XX na América Latina, que deixou mais de três

mil mortos e desaparecidos, da qual perdurou por dezessete anos (1973-1990). Durante este período, foi criada a repressão política contra a oposição e houve várias violações dos direitos humanos. A ditadura encabeçada por Augusto Pinochet terminou em 1990 depois de ter perdido um referendo em 1988 e foi sucedido pelo civil Patricio Aylwin, proeminente membro do PDC (Partido Democrata Cristão), uma coalizão de centro-esquerda que governou por quatro presidências até 2010.

A República do Chile, sendo de cunho presidencialista, representada atualmente pela presidente Michelle Bachelet, possui o maior IDH da América Latina e 40º em âmbito mundial, sendo de 0,819, e PIB de cerca de 341,914 bilhões de dólares.

Desde o seu retorno à democracia, em 1990, o Chile tem sido um participante ativo na arena política internacional. Atualmente, o Chile é um dos países mais estáveis e prósperos da América do Sul. Dentro do contexto maior da América Latina, é o melhor em termos de desenvolvimento humano, competitividade, qualidade de vida, estabilidade política, globalização, liberdade econômica e percepção de corrupção, além de índices comparativamente baixos de pobreza. Também é elevado no país o nível de liberdade de imprensa e de desenvolvimento democrático. Em maio de 2010, o Chile se tornou o primeiro país sul-americano a aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de também ser um dos membros de várias outras organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança do Pacífico (AP), o Parlamento Latino-americano e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) e é um membro associado do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). O Governo chileno tem relações diplomáticas com a maioria dos países.

Sendo um regime democrático vigente no Chile e também sendo um dos países mais influentes da América do Sul, posiciona-se contra o golpe militar ocorrido em Guiné-Bissau e defende os Direitos Humanos e uma melhor solução em prol da estabilização política e a paz na região da Guiné-Bissau.

5.2.5. Reino Hachemita da Jordânia

O Reino surgiu a partir da divisão de pós-Primeira Guerra Mundial da Ásia Ocidental pela Grã-Bretanha e França. Em 1946, Jordânia se tornou um Estado independente e soberano oficialmente reconhecido como o Reino Hachemita da Transjordânia. Depois de capturar a Cisjordânia durante a Guerra de 1948 entre árabes e israelenses, Abdullah I levou o título Rei da Jordânia e Palestina. O nome do estado foi alterado para O Reino Hachemita da Jordânia em 1º de Dezembro de 1948.

O Reino Hachemita da Jordânia está sob um governo unitário parlamentar monárquico constitucional, baseado na constituição de 1952, mas o rei detém amplos poderes executivos e legislativos. Ele serve como Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe, e nomeia o poder executivo, que consiste no primeiro-ministro, conselho de ministros, e os governadores regionais. O monarca atual é Abdullah II e o seu primeiro-ministro, Abdullah Ensour.

O país é classificado como um país de "desenvolvimento humano médio" pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2011), e um mercado emergente com a terceira economia mais livre na Ásia Ocidental e Norte da África. A Jordânia tem desfrutado de um "estatuto avançado" com a União Europeia desde dezembro de 2010, e é um membro da zona de comércio livre euro-mediterrânico. Seu IDH em 2012 era de 0,700 e o seu PIB em 2011 foi de \$36.82 bilhões, e grande parte da sua população é muçulmana. É também um membro fundador da Liga Árabe e a Organização de Cooperação Islâmica (OCI).

A Jordânia tem seguido uma política externa pró-ocidental e manteve relações estreitas com os Estados Unidos e no Reino Unido. Essas relações foram danificadas pela neutralidade da Jordânia e manter relações com o

Iraque durante a primeira Guerra do Golfo. Após a Guerra, a Jordânia vem restaurando em grande parte as suas relações com os países ocidentais através da sua participação no processo de paz Sudoeste da Ásia e da aplicação de sanções da ONU contra o Iraque. As relações entre a Jordânia e os países do Golfo Pérsico melhorou substancialmente após a morte do rei Hussein, em 1999.

O país é um aliado-chave dos EUA e Reino Unido e, em conjunto com o Egito, é um dos dois únicos países árabes que assinaram tratados de paz com Israel. Jordânia está incluída na Política Europeia de Vizinhança (PEV), que visa trazer a UE e os seus vizinhos mais próximos.

Sendo uma monarquia, e não tendo muitas ligações com Guiné-Bissau, a Jordânia considera o golpe de Estado ocorrido na região como sendo ilegítimo e apoia a estabilização política na região. Localiza-se em uma área de tensão e possui boas relações, como já dito, com os Estados Unidos, Reino Unido e França, e recebe apoio dos mesmos para ajudar a manter a soberania de seu reino.

5.2.6. República da Lituânia

Durante séculos, a costa sudeste do Mar Báltico era habitada por várias tribos bálticas. Em 1230 as terras lituanas foram unidas por Mindaugas , o Rei da Lituânia, e o primeiro Estado da Lituânia unificado, o Reino da Lituânia , criado em 6 de Julho de 1253. Durante o século XIV, o Grão-Ducado da Lituânia era o maior país da Europa: atual Lituânia, Belarus, Ucrânia e partes da Polónia e Rússia foram os territórios do Grão-Ducado. Com a União de Lublin de 1569, a Lituânia e a Polónia formaram uma união voluntária de dois Estados, a Comunidade Polaco-Lituana. A Commonwealth durou mais de dois séculos, até os países vizinhos desmantelados sistematicamente ela 1772-95, com o Império Russo anexando maior parte do território da Lituânia.

Como a Primeira Guerra Mundial se aproximava do fim, a Declaração de Independência da Lituânia foi assinada em 16 de Fevereiro de 1918,

declarando o estabelecimento de um Estado soberano da Lituânia. A partir de 1940, o país foi ocupado pela primeira vez pela União Soviética e depois pela Alemanha nazista. Quando a Segunda Guerra Mundial se aproximava do fim, em 1944, e os alemães se retiraram, a União Soviética foi reocupada Lituânia. Em 11 de Março de 1990, um ano antes do desmembramento formal da União Soviética, a Lituânia tornou-se a primeira república soviética e declarou a restauração do Estado independente da Lituânia.

A Lituânia é um membro da União Europeia, do Conselho da Europa, um membro pleno do Acordo de Schengen e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Ela também é membro do Nordic Investment Bank, e parte do Nordic-Baltic, cooperação dos países europeus do norte. O Índice de Desenvolvimento Humano lista a Lituânia como um país "muito alto em desenvolvimento humano". O país báltico tem sido uma das economias de mais rápido crescimento na União Europeia e é classificado como a 17^a economia no mundo em Ease of Doing Business Index.

A Lituânia é um país multipartidário, com democracia parlamentar. O presidente, representante do Estado, é eleito por 5 anos, e dirigente nos assuntos externos e política de segurança. É o presidente quem nomeia o primeiro-ministro e respectivo gabinete, e um número de outros funcionários civis. Nas eleições presidenciais de maio de 2009, a Lituânia elegeu Dalia Grybauskaitė, a primeira mulher a ser escolhida para o mais alto cargo político do país e seu primeiro-ministro, Algirdas Butkevicius. Seu IDH ocupa o 41º lugar mundial, com 0,814, e o seu PIB era de 59,644 bilhões de dólares em 2008.

Desde que a Lituânia declarou a restauração da sua independência em 11 de Março de 1990, tem mantido fortes tradições democráticas. Nas primeiras eleições gerais após a independência em 25 de outubro de 1992, 56,75% do número total de eleitores apoiaram a nova Constituição. Houve intensos debates sobre a Constituição, em especial o papel do presidente. Um referendo separado foi realizada em 23 de Maio de 1992 a auscultar a opinião pública sobre o assunto e 41% de todos os eleitores apoiaram a restauração do Presidente da Lituânia. De acordo com a

explicação do Tribunal Constitucional da Lituânia em 10 de janeiro de 1998, da República da Lituânia é uma república parlamentar com alguns atributos de um sistema semi-presidencial.

Sendo assim a Lituânia, assim como os países democráticos e como a Comunidade Internacional, deseja o fim do conflito em Guiné-Bissau e uma estabilização política e a realização de eleições diretas na da prevista para a escolha do novo governo. Deseja a paz e o cumprimento dos Direitos Humanos.

5.2.7. Grão-Ducado de Luxemburgo

O Grão-Ducado de Luxemburgo é uma democracia representativa parlamentar com um grão-duque como monarca constitucional, sendo o único grão-ducado ainda existente. O país tem uma economia altamente desenvolvida, com um dos maiores PIB per capita do mundo. A sua importância histórica e estratégica remonta a sua fundação, como uma fortaleza romana no início da Idade Média. Foi um importante bastião espanhol ao longo da estrada espanhola quando a Espanha foi a principal potência europeia influenciando todo o hemisfério ocidental e para além dos séculos XVI e XVII.

Luxemburgo está no ponto de encontro entre a Europa Românica e Europa Germânica, empregando costumes de cada uma das diferentes tradições. Luxemburgo é um país trilingue, onde o alemão, o francês e o luxemburguês são línguas oficiais. Embora seja um Estado laico, a religião predominante no país é o Catolicismo.

Nos termos da Constituição de 1868, o poder executivo é exercido pelo grão-duque e pelo gabinete, que é composto de vários outros ministros. O governador tem o poder de dissolver o legislativo e restabelecer um novo, enquanto o grão-duque tem aprovação judicial. No entanto, desde 1919, a soberania tem residido na Corte Suprema.

O Grão-Ducado de Luxemburgo tem como atual chefe do Estado o Grão-Duque Henrique do Luxemburgo, e seu primeiro-ministro Xavier Bettel. Seu IDH é de 0,875, considerado muito elevado, ocupando o 26º lugar mundial e seu PIB é de \$43.55 bilhões em 2011.

O país é um membro fundador da União Europeia, NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Nações Unidas, e da União da Europa Ocidental, o que reflete o consenso político em favor da coesão econômica, política e integração militar. A Cidade de Luxemburgo, a capital e maior cidade, é sede de várias instituições e organismos da União Europeia. Em 18 de outubro de 2012, Luxemburgo foi eleito para um assento temporário no Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela primeira vez em sua história. O país vai servir no Conselho de Segurança de 01 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2014.

Luxemburgo tem sido um proeminente defensor da política e europeu de integração econômica. Nos esforços prenúncio integração europeia, Luxemburgo e Bélgica, em 1921, formou a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (BLEU) para criar uma inter-permutáveis moeda e uma comum costumes regime. Luxemburgo também é um membro da União Econômica Benelux, bloco econômico europeu formado por Bélgica, Luxemburgo e Holanda, e foi um dos membros fundadores da Comunidade Econômica Europeia (hoje União Europeia). Ele também participa do Grupo de Schengen (nomeado após a vila luxemburguesa de Schengen em que foram assinados os acordos), cujo objetivo é a livre circulação de cidadãos entre os Estados membros. Ao mesmo tempo, a maioria dos luxemburgueses consistentemente acreditavam que a unidade europeia só faz sentido no contexto de uma relação transatlântica dinâmica, e, portanto, têm tradicionalmente seguiu uma pró- NATO, a política externa pró-EUA.

Luxemburgo é o site do Tribunal de Justiça Europeu, o Tribunal de Contas Europeu, o Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat) e outros órgãos vitais da UE. O Secretariado do Parlamento

Europeu está localizado em Luxemburgo, mas o Parlamento se reúne normalmente na vizinha Estrasburgo.

Também sendo uma política democrática, se faz justo o cumprimento das eleições diretas para a escolha de um novo governo em abril de 2014, a fim de promover uma consolidação política na região de Guiné-Bissau, em prol da paz, liberdade, fraternidade e respeito aos Direitos Humanos.

5.2.8. República Federal da Nigéria

Por muito tempo o local de inúmeros reinos e impérios, o Estado moderno da Nigéria tem suas origens na colonização britânica da região durante final do século XIX a início do século XX, surgindo a partir da combinação de dois protetorados britânicos vizinhos: o Protetorado Sul da Nigéria e do Protetorado Norte da Nigéria. Os britânicos criaram estruturas administrativas e legais, mantendo chefias tradicionais. A Nigéria tornou-se independente em 1960, mas mergulhou na guerra civil, vários anos depois. Desde então, alternou entre governos civis democraticamente eleitos e ditaduras militares, com suas eleições presidenciais de 2011 que estão sendo vistas como as primeiras a ser realizadas como eleições razoavelmente livres e justas.

A Nigéria é o país mais populoso da África e o oitavo país mais populoso do mundo; com uma população de mais de 148 milhões de habitantes, o país contém a maior população negra no mundo. É uma potência regional, está listado entre as "onze economias", e as reservas de petróleo do país têm desempenhado um papel importante nas suas riqueza e influência crescentes. A Nigéria é considerada um mercado emergente pelo Banco Mundial e é atualmente a maior economia do continente africano e uma das economias com o crescimento mais rápido do mundo; o Fundo Monetário Internacional projetou um crescimento de 9% no país em 2008 e 8.3% em 2009. Entretanto, a maioria da população do país vive na pobreza absoluta.

A política externa da Nigéria foi logo testada na década de 1970 depois que o país emergiu unido de sua própria guerra civil e rapidamente se comprometeu com os movimentos contra governos minoritários brancos na sub-região da África Austral. Nigéria apoiou o Congresso Nacional Africano (ANC), tomando uma linha dura cometida em relação ao governo Sul-Africano e suas ações militares na África Austral.

A Nigéria é um membro da Organização das Nações Unidas. Também foi um dos membros fundadores da Organização de Unidade Africana (hoje União Africana) e tem uma enorme influência na África Ocidental e da África em geral. Também fundou adicionalmente esforços cooperativos regionais na África Ocidental, funcionando como porta-estandarte para a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e ECOMOG (*Economic Community of West African States Monitoring Group*, em português Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano), as organizações econômicas e militares, respectivamente.

Com essa postura Africano-centrada, Nigéria prontamente enviou tropas para o Congo a pedido das Nações Unidas logo após a sua. A Nigéria também apoiou vários Pan-Africano e pró-auto do governo nos anos 1970, inclusive conquistando apoio para Angola do MPLA (Movimento Popular de Libertação da Angola), SWAPO (*South West Africa People's Organization*, em português Organização das Pessoas do Sudoeste Africano) na Namíbia, e ajudando os governos de oposição Português Moçambique e Rodésia.

A Nigéria mantém participação no Movimento dos Países Não alinhados, e no final de novembro 2006 organizou uma Cimeira África-América do Sul em Abuja para promover o que alguns participantes denominado vínculos "Sul-Sul" em uma variedade de frentes. A Nigéria é também um membro do do Tribunal Penal Internacional, e a Comunidade das Nações (Commonwealth), da qual foi temporariamente expulso em 1995, sob o regime de Abacha.

A Nigéria manteve-se como um jogador-chave na indústria internacional de petróleo desde 1970, e mantém a sociedade na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que se juntou em julho de 1971.

A República Federal da Nigéria, sendo de cunho presidencialista, e Goodluck Jonathan seu atual presidente, possui IDH baixo e PIB sendo o 38º em nível mundial. O país possui estreitas relações com Guiné-Bissau e reforça a busca de uma solução para sua atual situação política e assim vem intervindo na Guiné-Bissau. A embaixada nigeriana entregou um cheque de seis milhões de dólares em 2013 para os preparativos para as eleições de março deste ano.

O chefe do Estado nigeriano e presidente em exercício da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Goodluck Jonathan, advertiu que os eventos na Guiné-Bissau não são um bom presságio para a sub-região oeste-africana.

Intervindo na sessão de abertura da cimeira extraordinária da CEDEAO sobre a Guiné-Bissau, em Abuja, capital federal da Nigéria, Jonathan sublinhou a necessidade de se encontrar rapidamente uma solução duradoura para este país: "A responsabilidade oficial de resolver o problema guineense cabe-nos a todos. Serviremos o nosso interesse coletivo ao resolver este problema. Se o presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanha, tivesse solicitado uma força permanente com componentes da União Africana, da CEDEAO e da lusofonia, a CEDEAO responsabilizar-se-ia completamente por esta força".

5.2.9. República da Coreia

A Coreia é uma das civilizações mais antigas do mundo. Através do tempo, a história da Coreia tem sido turbulenta com numerosas guerras, incluindo invasões tanto chinesas quanto japonesas. Desde o estabelecimento da república moderna em 1948, a Coreia do Sul debateu-se com sequelas de conflitos bélicos, como a Guerra da Coreia (1950-1953) e décadas de governos autoritários. Apesar de ser oficialmente uma democracia de estilo ocidental desde a fundação da república, as eleições presidenciais sofreram grandes irregularidades que só terminaram em 1987, quando as primeiras eleições diretas e justas foram levadas a cabo e o país passou a ser considerado como uma democracia multipartidária, se convertendo numa democracia liberal. Hoje

em dia, segundo a The World Factbook, a democracia sul-coreana é considerada como uma "democracia moderna completamente funcional".

Sua economia tem crescido rapidamente desde a década de 1950. Hoje em dia, é a 13ª maior economia do mundo (PIB per capita) e está classificado como um dos países mais desenvolvidos do mundo pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Também se encontra entre os países mais avançados tecnologicamente e um dos melhores em comunicações; é o terceiro país com o maior número de usuários de Internet de banda larga entre os países-membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sendo também um dos líderes globais na produção de aparelhos eletrônicos, como dispositivos semicondutores e telefones celulares. Também conta com uma das infraestruturas mais avançadas do mundo e é o líder da indústria de construção naval, encabeçada por companhias proeminentes como a Hyundai Heavy Industries.

A República da Coreia se encontra hoje num regime de república presidencialista, eleito por voto direto do povo, sendo sua atual presidente Park Geun-hye e o seu primeiro-ministro Jung Hong-won. Seu IDH ocupa o 12º lugar em nível mundial, com 0,909, considerado muito elevado. Seu PIB ocupava o 15º lugar em 2011.

A Coreia do Sul mantém relações diplomáticas com aproximadamente 170 países do mundo. O país também é membro da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1991, quando foi convertido em um estado-membro ao mesmo tempo em que a Coreia do Norte. Em 1º de maio de 2007, o ex-ministro dos negócios estrangeiros, Ban Ki-moon, assumiu o cargo de Secretário Geral da ONU. Desde maio de 2007, Coreia do Sul e União Europeia negociaram um acordo de livre comércio para reduzir as barreiras comerciais entre ambas as entidades. O mesmo está sendo feito com o Canadá e a Nova Zelândia. Em 2010, a nação foi admitida no Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, sendo a primeira vez que um país que recebe ajuda deste organismo se converte como membro pleno do mesmo. Em novembro de 2010, Seul acolheu a cúpula do G-20.

Sendo a Coreia do Sul um país democrático liberal e que preza pelos Direitos Humanos, considera ilegítimo o golpe de estado ocorrido em abril de 2012 em Guiné Bissau, e assim vem à busca de soluções mais corretas possíveis para a consolidação política na região, em busca da Paz, liberdade, democracia.

5.2.10. República de Ruanda

O presidente de Ruanda é o chefe de Estado, e tem amplos poderes, incluindo a criação de políticas públicas em conjunto com o gabinete ministerial, concede perdão judicial, comanda as forças armadas, negocia e ratifica tratados, assina ordens presidenciais, e ainda pode declarar guerra ou estado de emergência. O presidente é eleito por voto popular a cada sete anos, e nomeia o primeiro-ministro e todos os outros membros do gabinete. O atual presidente é Paul Kagame, que assumiu o cargo após a renúncia de seu antecessor, Pasteur Bizimungu, em 2000. Kagame, posteriormente, ganhou as eleições em 2003 e 2010, embora organizações de direitos humanos tenham criticado estas eleições como sendo "marcadas pela crescente repressão política e restrição à liberdade de expressão". Seu IDH é considerado baixo e o PIB ocupa o 145º lugar mundial.

A atual constituição foi adotada na sequência de um referendo nacional em 2003, substituindo a constituição de transição que já estava em vigor desde 1994. A constituição determina um sistema multipartidário de governo, com políticas baseadas na democracia e escolha dos representantes através de eleições. No entanto, a constituição coloca condições sobre a forma como os partidos políticos podem operar. O artigo 54 afirma que "organizações políticas estão proibidas quando baseadas na raça, etnia, tribo, clã, região, sexo, religião ou qualquer outra divisão que pode dar origem a qualquer discriminação". O governo também aprovou leis criminalizando a ideologia genocida, que inclui manifestações de intimidação, discursos difamatórios, negação do genocídio e ridicularização das vítimas. Segundo a Human Rights

Watch, essas leis efetivamente fazem Ruanda um estado de partido único, "sob o pretexto de prevenir outro genocídio, o governo exhibe uma intolerância acentuada das formas mais básicas de dissidência". A Anistia Internacional também é crítica, dizendo que as leis de ideologia de genocídio têm sido usadas para impor o silêncio, calando críticas às decisões do partido RPF (Rwandan Patriotic Front, em português Frente Patriótica Ruandesa) e pedidos de justiça para crimes de guerra cometidos por tal grupo.

Ruanda recebeu uma atenção internacional considerável devido ao genocídio lá ocorrido em 1994, no qual cerca de 800 mil pessoas foram mortas. Desde então, o país viveu uma grande recuperação social e, hoje em dia, apresenta um modelo de desenvolvimento que é considerado exemplar para países em desenvolvimento. Em 2009, uma reportagem da rede de notícias *CNN* classificou Ruanda como tendo a história de maior sucesso do continente africano, tendo alcançado estabilidade, crescimento da economia (a renda média triplicou nos últimos dez anos) e integração internacional. Em 2007, a revista *Fortune* publicou um artigo intitulado "*Why CEO³ Love Rwanda*" (*Por que os CEOs amam Ruanda*, em tradução livre). A capital, Kigali, é a primeira cidade africana a ser galardoada com o Habitat Scroll of Honor Award, em reconhecimento de sua "limpeza, segurança e conservação do modelo urbano." Em 2008, Ruanda tornou-se o primeiro país a eleger uma legislatura nacional na qual a maioria dos membros era mulheres. Ruanda aderiu à Commonwealth of Nations em 29 de novembro de 2009 como seu 54º membro, fazendo do país um dos apenas dois membros africanos sem um passado colonial britânico.

Sendo um regime democrático, Ruanda deseja a estabilização política de Guiné-Bissau e a ocorrência de eleições diretas para eleição de um novo governante, a fim da liberdade e da paz na região.

³ CEOs são chefes de estados ou chefes executivos.

5.3. Membros observadores

5.3.1. Guiné-Bissau

No dia 12 de abril de 2012, Guiné-Bissau sofreu um golpe de Estado executado pelos militares. Em meio às eleições presidenciais - com o líder do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), Carlos Gomes Junior, figurando como o favorito na escolha popular –, e em uma crise que envolvia a missão angolana para a reforma do setor de defesa e segurança do país (MISSANG), a política, mais uma vez, se submeteu à força militar. Os militares ocuparam a rádio nacional, a sede do PAIGC e atacaram com rockets, morteiros e granadas a residência do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior em fim de seu mandato. O presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso na sua residência por militares, tal como o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior.

As eleições para a presidência naquele ano, que contaram com Kumba Yalá à frente da “oposição democrática”, foram tumultuadas, principalmente ao final do primeiro turno, quando o candidato do PRS se recusou a participar da “segunda volta”. Yalá justificou sua decisão alegando que Carlos Gomes Junior teria se beneficiado de fraudes eleitorais. Os militares, por sua vez, nunca reconheceram que a origem do golpe estava nesse conflito político, mas, sim, na defesa da soberania diante de uma força militar angolana que supostamente se armava às escondidas, em território nacional.

Por outro lado, no cerne do golpe estaria uma disputa geopolítica entre Angola e Nigéria – com este último país ocupando a presidência temporária da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados Africanos Ocidentais). Não sem motivo, a CEDEAO aprovou o Governo de Transição, após aceitar negociar com os militares.

Porém, em 16 de maio de 2012 representantes dos militares golpistas, de vários partidos políticos, da Liga Africana e da Comunidade dos Países do Oeste Africano, assinaram em Guiné-Bissau, um acordo de transição. Segundo o pacto, o período de passagem será de um ano e as eleições presidenciais e

parlamentares devem ser realizadas neste tempo. Assim, Manuel Serifo Nhamadjo, se tornou presidente do governo provisório e nomeou Rui Duarte de Barros como primeiro-ministro. Ambos não podem ser candidatos nas futuras eleições presidenciais e parlamentares. O Partido Africano pela Independência da Guiné e de Cabo Verde, ex-partido no poder, não participou da elaboração, nem da assinatura desse acordo.

Nos meses após o golpe de Estado, a população local sofre com seus efeitos. Tanto economicamente, com as complicações na produção e exportação da castanha de caju e nas suspensões da ajuda externa, quanto na paralisação do ano letivo escolar e do funcionalismo público. Conhecido como Frenagolpe (Frente Nacional Anti-golpe), o movimento tenta organizar atos de desobediência civil no país, de modo a resistir contra o governo agora instituído. Em consonância com a Frenagolpe, o Movimento Nacional da Sociedade Civil divulgou um comunicado, no dia 13 de maio, para publicizar sua discordância em relação à posição da CEDEAO em apoiar a instituição do governo provisório, "por não reunir o consenso nacional e internacional". No âmbito dos direitos, de liberdade de manifestação e resistência, os populares também convivem com a repressão militar.

Em 18 de janeiro de 2013, Nhamadjo disse que não seria possível a realização de eleições em abril do mesmo ano da qual era a sua intenção, como estava previsto no acordo de transição assinado em maio de 2012, a realização de eleições era num prazo máximo de um ano. Como justificativa, o Governo disse não ter dinheiro para fazer eleições e que também estão por concluir aspetos técnicos, como a feitura de mapas e o recenseamento da população.

A feitura de eleições exige outros preparativos, técnicos e financeiros, e "o aspeto financeiro requer convergência de todas as instituições internacionais. Estando neste momento a redefinição da estratégia para o apoio à Guiné-Bissau no quadro das instituições internacionais"; "Estamos impotentes para poder dar avanço à nossa intenção", disse Serifo Nhamadjo. E acrescentou: "por isso aguardo que a missão que esteve na Guiné-Bissau

produza o seu relatório e que as organizações parceiras da Guiné-Bissau se possam pronunciar. Porque a Guiné-Bissau sozinha não tem capacidade económica, por isso estamos infelizmente nessa expectativa", sendo que também "tecnicamente vai ser muito difícil cumprir o calendário".

Em 7 de junho de 2013 o presidente guineense de transição, Serifo Nhamadjo, nomeou um novo Governo de transição que mantém como primeiro-ministro Rui Duarte Barros, sendo a prioridade deste governo a realização de eleições. O Executivo inclui nomes do PAIGC e deve liderar o país até às eleições previstas para este ano.

Segundo a nova orgânica divulgada num decreto de Serifo Nhamadjo, o novo Executivo vai ter três ministros de Estado, um deles Ocante da Silva, nomeado pelo PAIGC. Esse volta à pasta da Função Pública, da Reforma do Estado, Trabalho e Segurança Social, que ocupava antes do golpe. Os outros ministros de Estado são o titular da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Fernando Vaz, que tem sido o porta-voz civil do poder saído do golpe; e o ministro dos Transportes e Telecomunicações, nomeado pelo PRS (Partido da Renovação Social, tradicionalmente a segunda força política, que apoiou a solução militar).

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Delfim da Silva, é tido como uma figura independente dos partidos, tendo sido no passado ministro da Educação e dos Negócios Estrangeiros. Atualmente era professor na Escola Portuguesa de Bissau e comentador político e substituiu Faustino Imbali, que deixa o Executivo.

Há outras mudanças no Governo formado após o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012. É o caso de Abubacar Demba Dahaba, que deixa a pasta das Finanças, que passa para Gino Mendes, até aqui secretário de Estado do Tesouro e Assuntos Fiscais, e Vicente Pongura, que sai do Ministério da Educação para dar lugar a Alfredo Gomes, proposto pelo PRS. Fernando Gomes foi substituído na pasta das Infra-estruturas por Rui Araújo (proposto pelo PAIGC).

Mantêm-se Fernando Vaz, embora agora sem o pelouro da Comunicação Social - que passa para a dependência direta do chefe do Executivo - mas ascendendo ao cargo de ministro de Estado. Permanecem ainda Celestino de Carvalho, ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria, e António Suca N'Tchamá, ministro do Interior. Ambos são militares na reserva.

Daniel Gomes mantém-se também como ministro da Energia e Indústria, deixando a coordenação dos Recursos Naturais a Certório Bioté (PRS) como novo ministro da área. Outra entrada é a de Soares Sambu (PAIGC) para ministro da Economia e Integração Regional, cargo que era ocupado por José Biai, que deixa o Executivo.

No Ministério da Justiça, Saído Baldé permanece como ministro, Agostinho Cá mantém-se na Saúde, embora deixe de coordenar a Solidariedade, Família e Luta Contra Pobreza. Batista Té permanece como ministro da Administração Territorial e Poder Local e Abubacar Baldé mantém-se como ministro do Comércio, da Valorização de Produtos Locais e Artesanato.

O Ministério da Agricultura mudou de direção, sendo agora ministro Nicolau Santos (também PRS), antigo embaixador da Guiné-Bissau na China, tendo saído Malam Mané do cargo. Na nova orgânica o sector das Pescas passa a ministério, que será chefiado por Mário Lopes da Rosa, outro dos nomeados pelo PAIGC.

A única mulher com o cargo de ministro é Gabriela Fernandes (igualmente do PAIGC), que irá liderar o Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social.

É certo, porém, que no cálculo racional-científico, de causas e consequências, o último golpe de estado na Guiné-Bissau recebe explicações gerais e aglutinadoras que repousam no conceito de Estado Frágil: a fraqueza das instituições, o arcaísmo do setor militar, a pobreza, a fome, a etnização do poder, o patrimonialismo de Estado, a ausência de punição e de submissão às

normas constitucionais, todos esses elementos acabam por perenizar e rotinizar a violência e o conflito armado como forma de reprodução do mundo político. O florescimento da paz e da democracia, na definição de Estado Frágil, dependeria, então, da eliminação desses fatores.

Esta definição conceitual como forma explicativa para o golpe, por outro lado, remete, em primeiro lugar, à recorrência histórica no país de conflitos que causaram a queda de governos. Consequentemente, o conceito diz respeito ao próprio processo histórico da formação do Estado nacional da Guiné-Bissau.

6. Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre a Guiné-Bissau

Relatório do Secretário-Geral sobre a evolução da situação na Guiné-Bissau, incluindo esforços para a restauração da ordem constitucional, e sobre as atividades do Escritório Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas naquele país

I. Introdução

1. O presente relatório é apresentado em cumprimento à resolução do Conselho de Segurança 2092 (2013), pelo qual o Conselho prorrogou o mandato do Escritório Integrado de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau das Nações Unidas (UNIOGBIS) por três meses até 31 de Maio 2013 e pediu-me para apresentar uma avaliação da situação na Guiné-Bissau e fazer recomendações no que diz respeito ao mandato da Missão e um possível reajuste do apoio das Nações Unidas, tendo em conta o âmbito dos desafios e as recomendações da missão de avaliação conjunta despachado à Guiné-Bissau pela União Africana, de língua Portuguesa da Comunidade dos Países

(CPLP), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Europeia e as Nações Unidas.

2. O presente relatório centra-se na evolução desde o meu relatório anterior 28 fevereiro de 2013 (S/2013/123) e inclui uma avaliação da situação em Guiné-Bissau e recomendações sobre ajustes ao mandato UNIOGBIS, estrutura e força e com o apoio fornecido pelo sistema das Nações Unidas em o país. Ele também inclui uma atualização sobre a implementação do Conselho de Segurança resolução 2048 (2012), conforme autorizado pelo Conselho, em carta de 19 de Março 2013 do Presidente do Conselho para mim.

II. Principais desenvolvimentos na Guiné-Bissau

Os acontecimentos políticos, incluindo A. nacional, sub-regional, regional eos esforços internacionais no sentido da restauração da ordem constitucional

3. A situação política geral do país permanece tensa devido à desentendimentos contínuos entre as partes interessadas políticas sobre a transição arranjos e roteiro de transição para a restauração da Constituição ordem.

4. Em 13 de fevereiro, o Partido para a Renovação Social propôs a criação de uma comissão de transição multipartidária e social, o que permitiria todos os direitos aos partidos políticos reconhecidos, incluindo partidos não parlamentares, para ser totalmente envolvidos no processo de tomada de decisão sobre questões nacionais, incluindo o Estado orçamento e nomeação do Primeiro-Ministro e do Presidente da Comissão Eleitoral Nacional. O partido parlamentar majoritário, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o presidente do parlamento, Ibraima Sori Djaló, e 10 organizações da sociedade civil, incluindo a Guiné-Bissau Liga dos Direitos Humanos, se opôs à proposta com base que iria suplantando o trabalho do parlamento.

5. Em 25 de Fevereiro, o Presidente sugeriu que o parlamento deve considerar aprovar uma moção de desconfiança no governo de transição, se este persistir

em ignorar seu pedido para apresentar o seu programa e orçamento de Estado para controle parlamentar. Em 26 de Fevereiro, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas forças, Antonio Indjai, e outros líderes militares realizaram uma reunião a portas fechadas com o Presidente, após o que eles anunciaram que a reunião havia sido convocada como resultado de sua preocupação com as possíveis repercussões das diferenças entre o parlamento e o governo de transição. Em 27 de Fevereiro, o Presidente reiterou que não recuaria de seu pedido para o Governo Transicional.

6. Na sequência da sua quadragésima segunda sessão ordinária, realizada em 27 e 28 de fevereiro, em Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO decidiu prorrogar o período de transição na Guiné-Bissau até 31 de dezembro de 2013. Ele também encorajou o Presidente de transição, Serifo Nhamadjo, para propor um projecto tecnicamente viável que reviste o roteiro de transição para a Assembleia Nacional para a preparação e realização de eleições livres, justas e transparentes, antes do final de 2013. Exortou a Assembleia Nacional a adotar o referido projeto de mapa de estrada o mais cedo possível.

7. Em 4 de março, o presidente Transicional encontrou seus assessores para traçar planos para elaboração de uma nova agenda política para esclarecer o período de transição e, para prolongar o programa. Ele recomendou o estabelecimento de um controle político da comissão composta por atores nacionais e parceiros internacionais para monitorar a implementação de sua agenda política. Em 14 de março, ele expressou publicamente frustração que os partidos políticos estavam perseguindo suas próprias agendas políticas e avisou que renunciaria se atores políticos continuaram a ter divergências sobre a transição.

8. Em 7 de março, a comissão parlamentar criada para revisar o pacto da política de transição e do acordo político assinado em Maio de 2012 trabalho enviado um projeto de pacto de regime para a Mesa do Parlamento para a circulação de todos os signatários do instrumentos de transição para feedback e consulta. O projeto de pacto de regime propôs que a transição deve ser

prorrogada até 31 de Dezembro de 2013, que anistia para os militares envolvidos no golpe de Estado de 12 de abril de 2012 deve ser adotada como indicado no acordo político de Maio de 2012 e que os direitos fundamentais de todos os cidadãos devem ser plenamente respeitados. Ele também propôs a criação de um comitê de diálogo consultivo, a ser presidido pelo Presidente, cujos membros seriam os signatários do pacto da transição política. É ainda proposto que o partido parlamentar da maioria, PAIGC, seria nomear um primeiro-ministro que seria, então, nomeado pelo Presidente de Transição. Ele incluía uma disposição, também contidas no pacto de transição política, proibindo o Presidente de Transição e o primeiro-ministro de correr nas próximas eleições legislativas e presidenciais.

9. Em 10 de março, o ministro da Administração do Território e do chefe de Gabinete de Apoio Técnico Eleitoral informou UNIOGBIS que uma empresa internacional que preencha todos os critérios relevantes foi identificada para realizar biométrico recenseamento eleitoral. Eles indicaram, no entanto, que o processo havia chegado a um impasse devido, entre outras coisas, o fato de que nenhuma decisão tinha sido tomada pela Assembleia Nacional sobre a data para as eleições. Em 4 de abril, o Secretário Executivo da Comissão Nacional de Eleições explicou a UNIOGBIS que dois Comissão técnicos haviam sido enviados à Costa do Marfim para a formação do eleitor biométrico registo e novas tecnologias da informação. Ele também confirmou que o limite exercício de delimitação tinha reiniciado após o desembolso pelo Governo Transicional de FCFA 47 milhões (93 mil dólares) para cobrir o salário dos cartógrafos atraso.

10. Numa conferência de imprensa em 14 de março, 15 organizações da sociedade civil, incluindo líder nacional organizações não-governamentais e sindicatos do setor social, apresentado um roteiro a sociedade civil para a transição política. Eles enfatizaram que a foco da transição deve ser a criação de condições para a realização das eleições gerais até novembro de 2013 e em assegurar social, econômico e político estabilização. Eles também propuseram que apenas os aspectos críticos das reformas-chave devem ser lançados durante a transição, em vez de reformas de Estado abrangentes que

exigiria um mínimo de três a cinco anos para a execução. Eles sugeriram que um roteiro eleitoral deve ser desenvolvido, o que daria para os Estados Unidos um papel fundamental na organização ou supervisão das eleições e a Comissão Nacional de Eleições teria a responsabilidade de gerir os aspectos técnicos das eleições. O roteiro eleitoral também deve conter propostas para alterar a legislação eleitoral para permitir a observação e a eleição interna da assinatura de um memorando de jogo justo de transição por líderes políticos e militares.

11. A segunda sessão parlamentar ordinária, que teve início em 15 de fevereiro, terminou em 15 de Março, sem a eleição do presidente do Nacional Eleitoral Comissão ou discussão sobre o projecto de regime pacto. A reunião convocada pelo palestrante em 2 de abril, com todos os signatários do pacto de transição política para discutir o projeto de regime pacto foi adiado indefinidamente, sem qualquer explicação. No mesmo dia, 24 dos 27 membros do Fórum dos Partidos Políticos realizou consultas sobre a transição. Mais tarde, o líder do Partido Republicano para Independência e Desenvolvimento, António Afonso Té, disse que o Fórum tinha considerado irrealista a exigências da comunidade internacional de que as eleições se realizará até o final de 2013. Ele sugeriu que as pesquisas devem, idealmente, ter lugar em 2014. Ele também acusou o ele se referiu como "uma parte do PAIGC e do parlamento" de ser um obstáculo à "Curso normal" do processo de transição, que ele alegou estava correndo "sem problemas".

12. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana, na sua reunião 361, realizada em 22 de março, em Addis Abeba, saudaram os resultados da missão de avaliação despachada à Guiné-Bissau em 16-21 dezembro 2012 sob os auspícios da União Africana, a CEDEAO, CPLP, União Europeia e as Nações Unidas. Entre outras coisas, ele exortou as cinco organizações para continuar a coordenar esforços para facilitar a resolução da crise na Guiné-Bissau, Guiné-Bissau partes interessadas para perseverar nos esforços para restaurar a ordem constitucional e o Presidente de Transição para acelerar a elaboração do roteiro de transição para aprovação pela Assembleia do Povo ", tendo em conta a necessidade de manter as eleições que marcará o pleno

restabelecimento da ordem constitucional em 31 de Dezembro de 2013 ". Além disso, incentivou a Comissão Parlamentar para agilizar o finalização do pacto de regime para fazer o processo de transição o mais inclusivo possível. Por fim, apelou à comunidade internacional para estender o necessário apoio para facilitar a conclusão do processo de restauração da ordem constitucional através da organização de eleições transparentes e credíveis e a implementação das reformas abrangentes previstas.

13. O Presidente Transitional visitou a Nigéria em 20 de março para discutir a situação na Guiné-Bissau com o Presidente, Goodluck Jonathan, que também preside o Contato regional da CEDEAO e do grupo de acompanhamento na Guiné-Bissau. Em 25 de março, a Presidência anunciou que, devido ao que ele chamou de "rotina de check-up médico", Presidente de Transição estenderia sua ausência do país. Em 4 de abril, estações de rádio nacionais transmitir uma chamada telefónica em que o Presidente de Transição, que estava recebendo tratamento médico na Alemanha, tranquilizou o país que ele estava bem e que em breve será lançado a partir de hospital. Ele voltou para a país em 28 de abril.

Situação B. Segurança

14. A situação da segurança no país é geralmente calma, mas volátil. No noite de 3 de Abril, a população em Bissau tornou-se inquieto depois de um aumento da presença militar e actividade em Bissau, para além da montagem de barricadas em torno da sede da General Staff forças armadas. Em 4 de Abril, o Chefe de General Staff minimizou as preocupações, informando à imprensa que "havia nada anormais nos quartéis ". Em vez disso, ele afirmou que havia uma campanha dentro e fora da Guiné-Bissau para criar instabilidade no país.

C. O tráfico de drogas e o crime organizado

15. Em 5 de abril, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América emitiu um comunicado de imprensa no qual declarou que o ex-chefe da Armada, Bubo Na Tchuto, que já havia sido designado como um traficante pelo Governo dos Estados Unidos, e dois outros cidadãos da Guiné-Bissau tinha

sido preso por Estados Unidos agentes anti-narcóticos em águas internacionais perto de Cabo Verde em 2 de abril. É ainda indicaram que dois outros cidadãos também foram apreendidos em uma operação separada em um país do Oeste Africano. É aconselhável que Bubo Na Tchuto e os dois cidadãos preso ao mesmo tempo havia sido acusado de conspirar para distribuir 5 kg ou mais de cocaína, sabendo ou que pretenda importar cocaína para os Estados Unidos. A acusação acarreta uma sentença potencial máximo de prisão perpétua. Em 5 de abril, o porta-voz do Governo de Transição anunciou publicamente que o Governo de Transição defenderia Bubo Na Tchuto como faria qualquer outro cidadão. Numa conferência de imprensa realizada no dia 22 de abril, o Ministro das Comunicações afirmou que Bubo Na Tchuto foi "tomado" nas águas da Guiné-Bissau e "Sequestrado" por agentes federais dos Estados Unidos.

16. Em 18 de abril, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos emitiu um comunicado em que anunciou a retirada do selo de acusações contra o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Antonio Indjai, por conspirar para fornecer ajuda aos Fuerzas Armadas Revolucionárias da Colômbia, um grupo paramilitar do Sul-americano designada pelos Estados Unidos como uma organização terrorista estrangeira, armazenando cocaína propriedade do grupo na África Ocidental; conspirar para vender armas, incluindo superfície-ar mísseis, para ser usado para proteger o processamento de cocaína do grupo operações na Colômbia contra as forças militares dos Estados Unidos; e de conspirar para importar narcóticos para os Estados Unidos. A acusação, apresentada nos Estados Unidos Tribunal Distrital do Distrito Sul de Nova York, carrega um potencial máximo sentença de prisão perpétua.

D. Situação dos direitos humanos

17. O julgamento dos 17 detidos (16 membros das forças armadas e um civil), que foram presos em conexão com o suposto ataque contra a força aérea Bissalanca de base, em outubro de 2012, iniciou-se no Tribunal Militar Regional Bissau em 12 de março. Os suspeitos foram acusados de tentar derrubar a ordem constitucional, traição e perpetrar um ataque armado contra instalações fortificadas. Enquanto 16 dos réus negaram qualquer participação nos supostos

crimes, o alegado líder, Pansau N'Tchama, admitiu sua participação no ataque, que ele disse que fazia parte de uma tentativa de golpe planejado e liderado pelo ex-Chefe de Estado-Maior, Zamora Induta, que havia sido derrubado por um motim em 1 de Abril de 2010. Ele argumentou, no entanto, que ele tinha sido forçado a tomar parte no ataque para se proteger.

18. Os advogados do acusado levantou uma série de irregularidades processuais, incluindo a constitucionalidade das acusações e da competência jurisdicional do Tribunal Militar Regional Bissau. O Ministério Público reconheceu a falta de prova contra 11 dos acusados. Enquanto ele recomendou que as acusações contra cinco dos eles devem ser descartados imediatamente, no entanto, ele se recusou a retirar as acusações contra os seis restantes. Ele também aceitou a explicação avançada por Pansau N'Tchama que ele tinha participado do suposto ataque para mitigar o seu impacto, louvando-o como um herói por ter supostamente impedindo um golpe de Estado e mais derramamento de sangue e recomendando que os juízes mostrar clemência ao passar sentença. Três dos os detidos alegaram que haviam sido torturados durante a detenção.

19. Enquanto isso, em um comunicado de 20 de Março, o sindicato dos jornalistas queixou-se de uma decisão do Governo de Transição de suspender mídia estatal de cobrir as campanhas dos candidatos à liderança do PAIGC. A união acusou o Governo de Transição de interferir nos meios de comunicação do Estado e de montagem um ataque à liberdade de imprensa eo direito à informação. Acrescentou que jornalistas recentemente tinha sido submetido a intimidação para abordar questões vistas como sensível em alguns círculos políticos, judiciais e militares. Ele advertiu que a liberdade da imprensa estava sendo ameaçado na Guiné-Bissau, apelando para o Estado a definir em mecanismos de movimento para proteger os jornalistas.

E. social, situação económica e humanitária

20. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, lançado em abril de 2013, a Guiné- Bissau ficou em 176 de 187 países em termos de saúde, educação e renda indicadores. Durante o período em análise, as restrições

financeiras enfrentadas pelo Governo de transição continuou a agravar-se, o apoio orçamental recebido de CEDEAO e ao Comité Económico e Oeste Africano União Monetária, não obstante. Desde o início de 2013, o Governo de Transição recebeu 3 milhões dólares cada da CEDEAO e da União Económica e Monetária do Oeste Africano e \$ 2 milhões da Nigéria. Em dezembro de 2012, que garantiu os empréstimos bancários de bancos comerciais para conhecer algumas das suas obrigações.

21. De 13 a 19 de fevereiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) em campo a sua primeira visita da equipe desde o golpe militar, depois de uma votação favorável por parte do Conselho Executivo do FMI para retomar programa de monitoramento do país. Em consultas com as autoridades nacionais e do Instituto Nacional de Estatística, o FMI indicou a Guiné-Bissau tinha experimentado uma recessão económica em 2012. Ele previu que o produto interno bruto iria crescer para cerca de 4,2 por cento em 2013, desde que a produção de caju, os preços do caju e a produção agrícola aumentada.

22. Depois de um período de relativa estabilidade em dezembro de 2012 e janeiro de 2013, as greves interrompido diversos setores sociais, incluindo a educação, finanças, saúde, justiça, costumes e telecomunicações. As greves foram, em geral, convocada pelo comércio sindicatos para exigir melhores condições de trabalho e pagamento de longa data subsídios. Em 10 de março, a greve liderada por professores públicos, que começou em 18 de fevereiro de terminou oficialmente. Até o momento, 54 dias letivos foram perdidos.

III. Missão de avaliação técnica

23. Nos termos da resolução do Conselho de Segurança 2092 (2013), eu enviou um inter-agência missão de avaliação técnica à Guiné-Bissau 18-27 março de 2013 a fazer recomendações sobre eventuais ajustamentos ao mandato UNIOGBIS, estrutura e força e, mais genericamente, o apoio dado pela Organização das Nações Unidas ao país.

24. Meu Representante Especial para Guiné-Bissau, José Ramos-Horta, levou o missão, que incluía representantes do Departamento de Assuntos Políticos, o

Departamento de Operações de Manutenção da Paz, o Departamento de Suporte de Campo, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (também representando o Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas), os Estados Unidos sobre Drogas e Crime (UNODC), o Departamento de Segurança e Segurança, UNIOGBIS e a equipa das Nações Unidas na Guiné-Bissau.

25. A missão realizou uma ampla consulta com a legislação nacional e internacional partes interessadas, incluindo o Presidente de transição, o primeiro-ministro de transição, membros do Governo de Transição, partidos políticos, membros da Assembleia Nacional e da Comissão Parlamentar, a liderança militar, a liderança policial, representantes da CEDEAO e da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau, a União Africana, a União Europeia e os Estados-Membros representados em Guiné-Bissau. A missão também se reuniu com organizações de mulheres, líderes religiosos e sociedade civil, incluindo as organizações de juventude. Ele visitou a delegacia modelo em Bairro Militar, em Bissau, o escritório regional UNIOGBIS em Mansôa e o João Centro de treinamento da polícia Landim.

A. Principais conclusões

26. Após o golpe militar de abril de 2012, a ordem constitucional ainda não tem sido restaurado na Guiné-Bissau, os esforços contínuos do UNIOGBIS e parceiros sub-regionais, regionais e internacionais para ajudar a resolver a crise não obstante. A missão verificou, no entanto, que a maioria nacional e parceiros internacionais compartilharam a visão de que a formação de uma transição inclusiva governo para se preparar para as eleições nacionais era uma prioridade. Houve também um consenso emergente de que um ambiente propício à realização de transparente e eleições credíveis precisava ser criado para assegurar o progresso nesse sentido.

27. No entanto, os atores nacionais continuam a ser divididos sobre o que constitui tal um ambiente e sobre a possibilidade de criação de uma partilha de

poder pós-eleitoral arranjo. Alguns têm chamado a eleições para ocorrer até o final de 2013, enquanto outros exigem que as reformas fundamentais na defesa, segurança, justiça, público administração e setores eleitorais ser iniciada antes das eleições para garantir a pós-estabilidade eleição. A liderança militar não se opõe à realização de eleições por 31 de dezembro de 2013, desde que haja acordo entre os partidos políticos sobre reformas relacionadas com as forças de defesa e segurança. Em sua opinião, essas reformas devem ser iniciadas antes, e continuou depois, as eleições.

28. Alguns atores nacionais em favor da realização das eleições até o final de 2013 acreditaram que só um governo eleito terá a legitimidade necessária ao exercício reformas para fora. Eles pediram às Nações Unidas para apoiar o processo eleitoral processo e manter a pressão sobre o governo de transição e seus aliados para conduta, eleições justas, transparentes e pacíficas livres. Além disso, eles têm chamado para a nomeação do presidente da Comissão Nacional Eleitoral, a fim para fazer avançar o processo eleitoral, inclusive na condução biométrica do eleitor registro como uma questão de prioridade.

29. Segundo os representantes da Comissão Nacional Eleitoral, as urnas pode ser organizado em 2013, desde que o Presidente da Comissão é nomeado, uma data para as eleições está definido no tempo e recursos financeiros são feitos disponível. Eles apelaram à Organização das Nações Unidas para fornecer financeira e suporte técnico para ajudar a garantir um processo eleitoral transparente, destacando que o gestão do processo eleitoral, em especial no pré-eleitoral e pós- períodos eleitorais, é crítica.

30. O ministro da Administração do Território afirmou que os preparativos técnicos tinha começado, incluindo o concurso para o sistema de registro biométrico. Ele informou a missão que uma comissão interministerial foi coordenar a realização de as operações de mapeamento eleitorais. Ele ressaltou, porém, que o recenseamento eleitoral, que seriam necessários pelo menos quatro meses para ser concluído para os cerca de 800 mil eleitores, não poderia começar até que uma decisão política tinham sido feitas em questões

como o que altera a legislação eleitoral para registrar eleitores fora dos meses prescritos e sobre a data da eleição.

31. Parceiros internacionais, incluindo as organizações regionais e sub-regionais, são também em favor da realização das eleições até o final de 2013. Os membros da União Europeia registraram o seu compromisso de continuar a apoiar o povo da Guiné-Bissau e de retomar a plena cooperação uma vez que um governo legítimo foi no lugar. Alguns manifestaram a sua disponibilidade para prestar assistência financeira para a organização de eleições, logo que a data foi definido.

32. A situação dos direitos humanos foi uma das principais preocupações levantadas pelo interlocutores da missão. Alguns parceiros internacionais foram fortes defensores dos direitos humanos restantes um pilar central do envolvimento das Nações Unidas e da impunidade sendo abordado. Eles recomendaram que devem ser tomadas medidas para mitigar o clima de medo resultante de restrições à liberdade de expressão ea liberdade de montagem. Essa recomendação foi repetida por vários parceiros nacionais que defendeu medidas para proteger as testemunhas, a fim de garantir o devido processo.

1. Situação da implementação do mandato da Integrada das Nações Unidas

Consolidação da Paz escritório na Guiné-Bissau

(I) Apoiar um diálogo político inclusivo e do processo de reconciliação nacional; reforço da cooperação com os parceiros regionais e internacionais em seus esforços para contribuir para a estabilização da Guiné-Bissau; e ajudando na mobilização de assistência internacional

33. Imediatamente após sua chegada na Guiné-Bissau em 13 de Fevereiro, ao meu Representante Especial iniciaram intensas consultas com nacional partes interessadas, incluindo as autoridades de facto, partidos políticos, militares e sociedade civil. Ele encorajou-os, no interesse do país e do seu povo, a esforçar-se para desenvolver uma visão comum de uma transição mais ampla visando não só a restaurar a ordem constitucional com a realização de

eleições, mas também a construção consenso sobre um quadro político abrangente pós-eleitoral, durante o qual um núcleo agenda de reformas e construção de Estado seria perseguido.

34. Ele também realizou consultas intensivas com bilateral internacional e parceiros multilaterais da Guiné-Bissau. Ele visitou Abuja de 24 a 27 de fevereiro de durante a qual se encontrou com o presidente da Nigéria. Ele participou da quadragésima segunda Sessão ordinária da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, em 27 e 28 de fevereiro, durante a qual ele se dirigiu a uma sessão a portas fechadas em seus pontos de vista sobre o transição e a situação na Guiné-Bissau. De 4 a 8 de março de ele segurava consultas com a União Europeia, CPLP e o Governo de Portugal. Em Bruxelas, se encontrou com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, e o Comissário Europeu do Desenvolvimento, Andris Piebalgs, além de embaixadores dos membros da CPLP Unidos. Em Lisboa, ele conheceu o Presidente, Aníbal António Cavaco Silva, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e o Secretário Executivo da CPLP, Murade Isaac Miguigy Murargy. Em todos aqueles reuniões, ele enfatizou a necessidade de a comunidade internacional para ajudar na prover as necessidades básicas da população, continuando os esforços para encontrar soluções para a situação política e de segurança.

35. Em um movimento no sentido da harmonização das posições internacionais sobre a Guiné-Bissau, o meu representante especial presidido duas reuniões sucessivas com a União Africana, a União Europeia, a CEDEAO e CPLP, nos dias 25 e 28 de março em Bissau. Os participantes discutiram a melhor forma de acelerar a implementação das recomendações da missão de avaliação conjunta. Em 5 de abril, os participantes emitiu um comunicado de imprensa conjunta na qual expressaram seu apoio à implantação de uma segunda missão internacional conjunta para o país, uma vez nacional os interessados tinham acordado um novo pacto de regime e um governo inclusivo tinha foi formado.

36. Entre 7 e 20 de Abril, o meu Representante Especial visitou Cabo Verde, a Gâmbia, Moçambique e Senegal. Em todos esses países, ele conheceu os presidentes e outras autoridades nacionais. Enquanto em Cabo Verde, ele também realizou consultas com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Suas discussões com esses interlocutores sugeriu uma convergência evolutiva de opiniões sobre a abordagem internacional para a restauração da ordem constitucional na Guiné-Bissau.

37. Esses esforços, não obstante, a falta de compromisso e vontade política entre os partidos políticos, a interferência dos militares nos assuntos políticos e da fraqueza das instituições do Estado continuou a evitar a segurança política e sustentável estabilidade no país.

(li) Apoiar as autoridades nacionais na reforma dos sectores da defesa, segurança e justiça, incluindo esforços de coordenação e fortalecimento da capacidade nacional, a fim de manter a ordem constitucional, da segurança pública e plena respeito ao Estado de Direito

38. UNIOGBIS continuou a fornecer apoio técnico ao secretariado permanente da reforma do sector comitê de direção da segurança nacional, além da Ministérios da Defesa, do Interior e da Justiça, por meio de co-localizado UNIOGBIS especialistas de reforma do setor de segurança. Ele também prestou apoio ao Ministério da Defesa, em planejando o lançamento das operações do Instituto de Defesa Nacional, que é destinada a promover as relações entre civis e militares e controlo civil das forças armadas. Além disso, a Missão trabalhou com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em apoio ao processo de habilitação e certificação para a segurança, aplicação da lei interna e pessoal das forças armadas.

39. Desde 24 de fevereiro - 4 março, um perito da Justiça e correções De pé Capacidade, com base em Brindisi, Itália, realizou uma avaliação do sistema penitenciário na Guiné-Bissau, com vista a identificar as áreas prioritárias para assistência potencial. Foram identificados vários constrangimentos, nomeadamente o sistema de não-conformidade com as normas internacionais. Homólogo nacional solicitou a apoio das Nações Unidas no estabelecimento de

um sistema de penitenciária eficaz. O especialista recomendou que UNIOGBIS devesse se envolver com autoridades nacionais em promover o desenvolvimento de um sistema penitenciário reformado como parte de uma abordagem holística para o reforço do Estado de direito e das instituições de segurança. Para Nesse sentido, o especialista também recomendou o estabelecimento e pessoal de um componente penitenciária na Missão de ser alinhadas com o Judiciário UNIOGBIS atividades de reforma.

40. A falta de vontade política e recursos financeiros para proceder às reformas desafiadoras, além de fraca capacidade de absorção nacional, prejudicada a capacidade de a Missão de apoiar plenamente a implementação de segurança nacional de reforma do sector / regra de planos de advocacia. A suspensão ou a retirada da ajuda internacional, como resultado de o golpe de Estado de Abril de 2012 complicou ainda mais o trabalho da Missão.

(lii) ajudar as autoridades nacionais para combater o tráfico de drogas e o crime organizado e tráfico de seres humanos, especialmente o tráfico de crianças

41. UNIOGBIS e UNODC terem fornecido consultoria estratégica e técnica para a Polícia Judiciária, a Polícia de Ordem Pública e a Central Bureau Nacional da Organização Internacional de Polícia Criminal através de co-locação pelo respectivo sede. Eles também deram conselhos para a Unidade de Crime Transnacional no contexto da Iniciativa da Costa da África Ocidental, em apoio à CEDEAO Plano de Ação Regional para resolver o problema crescente do Tráfico Ilícito de Drogas, Crime Organizado e Abuso de Drogas na África Ocidental. Ambas as entidades também ajudou a autoridades nacionais com o desenvolvimento de um plano nacional de combate transnacional crime organizado e tráfico de drogas.

42. Embora UNODC tenha reduzido seu escritório e atividades na Guiné-Bissau em Janeiro 2013, devido a uma falta de financiamento de doadores, continuaram a fornecer limitado apoiar a instituições de investigações criminais em uma base caso-a-caso. O UNODC também trabalhou com UNIOGBIS para fornecer suporte a capacitação para o Judiciário Polícia através de treinamento

prático e teórico. Em 9 de abril, a presença UNODC na Guiné-Bissau terminou porque o contrato do pessoal substantiva restante não poderia ser renovado devido à falta de financiamento. Esta situação limita a assistência que as Nações Unidas podem fornecer às autoridades para combater o tráfico de drogas e crime organizado.

(IV) atividades de empresa de promoção de direitos humanos, de proteção e de monitoramento e apoiar a institucionalização do respeito pelo Estado de direito

43. Com o apoio de outras entidades das Nações Unidas, organizações não-governamentais e os Estados-Membros, UNIOGBIS tem ajudado as autoridades nacionais com a implementação de áreas-chave de recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal em 2010. Consequentemente, duas leis para criminalizar a mutilação genital feminina e o tráfico de pessoas foram adotadas, o Estatuto da Comissão Nacional de Direitos Humanos revisto e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Convenção Internacional sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial ambos ratificados.

44. UNIOGBIS perseguido visitas de acompanhamento regulares às prisões e centros de detenção e de controlo para as regiões para recolher informações e intervir em casos de violações dos direitos humanos. A Missão tem monitorado o estado de investigações sobre crimes graves, observados os julgamentos de presos políticos e defendeu o respeito pelos direitos humanos, devido processo legal e do Estado de Direito pelas autoridades. O pleno acesso da Missão de prisioneiros e detidos resultou na libertação de vários prisioneiros detidos arbitrariamente. Essas atividades também forneceram pontos de entrada para a missão de identificar as necessidades de capacitação e fazer específicas recomendações às autoridades.

45. A capacidade da Guiné-Bissau para promover os direitos humanos e assegurar mínimo acesso aos serviços sociais básicos, incluindo em instituições nacionais, tais como o Legislativo, o Judiciário e as forças de segurança, e organizações da sociedade civil, tem permaneceu fraco. O acesso à justiça, em particular, está prejudicada pela insuficiência e

degradação de infraestrutura do Estado, as questões de acessibilidade, a inadequada quadro legislativo e a falta de confiança na população judicial e a lei funcionários responsáveis pela aplicação. Há também uma falta de conscientização entre a população e funcionários responsáveis pela aplicação da lei dos padrões internacionais de direitos humanos e nacional legislação. Consequentemente, muitos crimes não são denunciados, investigados ou processados.

46. No que diz respeito a crimes graves, a interferência continuou pelos militares e a elite política no sistema de justiça, as ameaças feitas contra os agentes judiciais, vítimas e testemunhas de autores de crimes e a tendência para Victor justiça promoveram uma cultura de impunidade, o que incentiva a abordagem de soma zero ao poder político, sem medo das consequências.

(V) A integração de uma perspectiva de gênero em construção da paz, de acordo com Conselho de Segurança resoluções 1325 (2000) e 1820 (2008)

47. UNIOGBIS defendeu a aprovação do projeto de lei sobre a violência doméstica, a que as Nações Unidas tinham fornecido suporte técnico. Sexo foi integrada no desenvolvimento do segundo documento de estratégia de redução da pobreza nacional e a política nacional de gênero através de uma ampla consulta com o Governo e da sociedade civil sociedade. A Missão produziu um manual sobre a participação política das mulheres e formação de mulheres de partidos políticos, sindicatos, jornalistas e mulheres de civis organizações da sociedade. Ele também realizou uma pesquisa sobre a participação política das mulheres para identificar a melhor forma de aumentar a participação em todos os níveis de tomada de decisão de processos.

48. A missão de avaliação observou que as mulheres tinham acesso limitado à educação, saúde, herança e posse de terras e propriedades e raramente participou de processos nacionais de tomada de decisão. Constatou-se que a violência sexual e baseada no gênero e as práticas tradicionais nocivas, incluindo mutilação genital feminina / excisão e casamento infantil, continuada e que não havia capacidade limitada em mulheres organizações e instituições governamentais relevantes para abordar essas questões.

(Vi) apoiar os esforços nacionais para conter a proliferação de armas pequenas e armamento leve

49. UNIOGBIS assistida PNUD na implementação de uma estratégia nacional para eliminar armas pequenas e armamento leve e um plano de redução de violência na comunidade. Em particular, a Missão trabalhou com as forças armadas e a polícia, grupos de jovens, voluntários e organizações não-governamentais especializadas em apoio nacional programas para a recolha de armas ilegais, que foram posteriormente destruídos. A missão de avaliação constatou que as principais ações previstas pela missão na execução da tarefa foi concluída.

(VII) Apoiar a Comissão de Consolidação da Paz no seu trabalho na abordagem crítica necessidades de consolidação da paz na Guiné-Bissau

50. Desde Guiné-Bissau foi colocado na ordem do dia da Consolidação da Paz Comissão em Dezembro de 2007, a UNIOGBIS tem apoiado o trabalho e compromisso da Comissão no país através da política e estratégica orientação. O trabalho da Comissão foi, no entanto, afetou negativamente após o golpe de Estado de Abril de 2012, porque a Comissão não tinha contrapartida nacional legítimo com o qual interage.

2. Atividades do Fundo de Consolidação da Paz

51. Na sequência do golpe de Estado de Abril de 2012, o Fundo de Consolidação da Paz congelou seu financiamento, em consonância com decisões semelhantes tomadas por instituições financeiras internacionais e alguns doadores bilaterais e multilaterais. Embora a implementação do Fundo de carteira permanecesse suspensa durante o período em análise, as Nações Unidas sistema, após uma análise dos principais motores de instabilidade em dezembro de 2012, recomendou que o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz, em conjunto com a minha Representante Especial, devem reavaliar se as condições de Fundo reengajamento haviam sido cumpridas.

3. Estado das atividades da equipe do país das Nações Unidas

52. A assistência prestada pela equipe do país das Nações Unidas se reflete na Quadro das Nações Unidas para a Paz e Desenvolvimento na Guiné-Bissau e é alinhadas com quatro áreas de resultado do Framework: governança; crescimento econômico e redução da pobreza; proteção social e desenvolvimento humano; e segurança reforma do sector e Estado de Direito.

53. A missão de avaliação observou que a fragilidade e volatilidade da clima político e de segurança na Guiné-Bissau tinha dificultado a prestação de assistência pelo Sistema das Nações Unidas no país. Restrições de recursos, inclusive o apoio de doadores internacionais, também foi um fator em retardar o trabalho de a equipe do país, em particular no apoio às reformas institucionais de longo prazo. Em particular, a equipe do país teve que se concentrar em atividades humanitárias e prioritárias no fornecimento de assistência na saúde e nutrição, educação, água, saneamento e da proteção, ao contrário de longo prazo e desenvolvimento socioeconômico atividades. O apoio e alavancagem do papel técnico desempenhado pela equipe país com o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, não obstante, HIV / AIDS continuou a ser um grande desafio, com o país registrando a maior prevalência na região.

B. Recomendações da missão de avaliação

1. Ajustes na Missão

54. A visão global do sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau é contribuir para o estabelecimento de uma política estável, segurança, social e econômico meio ambiente, propício para a consolidação da paz e da plena realização humana direitos e do Estado de Direito. Ao fazê-lo, é importante que o sistema das Nações Unidas e parceiros sub-regionais, regionais e internacionais trabalham em conjunto para apoiar uma Estado responsável, legítimo e eficaz, operando sob o Estado de direito e capaz para garantir a segurança, os serviços essenciais e as oportunidades econômicas para o seu povo. Este poderia ser alcançada através de um processo de duas fases para a plena restauração da ordem constitucional no país e estabilidade a médio prazo. A primeira fase, que iria acabar uma vez que as eleições presidenciais e legislativas têm sido realizados, deve visar o restabelecimento da ordem

constitucional e se concentrar na criação de uma política ambiente construído na confiança e não-interferência no processo eleitoral. O segunda fase, que concluiria no final do prazo da próxima eleição governo, deve se concentrar na estabilidade pós-eleitoral, o fortalecimento do Estado e instituições sociais centrais a governança democrática, em especial a segurança, a justiça ea defesa, eo funcionamento de ambas as estruturas centrais e locais do Estado.

(I) Mandato

55. Recomenda-se que UNIOGBIS concentrar seus esforços principalmente no fornecimento de orientação estratégica e aconselhamento e apoio técnico a nível nacional e internacional as partes interessadas sobre questões relacionadas com os assuntos políticos e civis, estado de direito e de segurança, direitos humanos, gênero e informação pública, deixando a execução e gestão de programas para a equipa das Nações Unidas.

56. Tendo em conta a avaliação prevista acima, recomenda-se que o mandato da UNIOGBIS ser revisto para que seja:

(A) Para dar suporte a um diálogo político inclusivo ea reconciliação nacional processo para facilitar o retorno à ordem constitucional;

(B) Para criar um ambiente propício para a organização e realização de eleições transparentes e credíveis;

(C) Fortalecer as instituições democráticas e aumentar a capacidade de Estado órgãos para funcionar de forma eficaz e constitucionalmente;

(D) Prestar consultoria estratégica e técnica e apoio para a estabelecimento de aplicação da lei eficaz e eficiente e de justiça criminal e sistemas penitenciários, capazes de manter a segurança pública e combate impunidade, respeitando os direitos humanos e liberdades fundamentais;

(E) Para fornecer consultoria estratégica e técnica e apoio ao nacional autoridades e partes interessadas, incluindo a CEDEAO e a sua missão no Guiné-Bissau, na implementação da reforma do sector da segurança nacional e

Estado de Direito, estratégias e desenvolvimento de um sistema de justiça militar, que é compatível com normas internacionais;

(F) Para ajudar as autoridades nacionais para combater o tráfico de drogas e transnacional crime organizado;

(G) Para realizar a promoção dos direitos humanos, proteção, monitoramento e atividades de elaboração de relatórios;

(H) Assegurar a integração de uma perspectiva de gênero em construção da paz, em linha com Resoluções 1325 (2000) e 1820 (2008) do Conselho de Segurança;

(I) Para trabalhar com a Comissão de Consolidação da Paz em apoio à prioridades de construção da paz da Guiné-Bissau;

(J) Para ajudar na mobilização, harmonização e coordenação das assistências internacional, inclusive para a implementação da segurança nacional reforma do sector e do Estado de estratégias de advocacia, e para reforçar a cooperação com o União Africana, a CEDEAO, CPLP, União Europeia e outros parceiros de apoio a restauração e manutenção da ordem constitucional, bem como a estabilização de, Guiné-Bissau.

57. Recomenda-se também que o mandato UNIOGBIS já não inclui a prestação de apoio aos esforços nacionais para conter a proliferação de armas ligeiras e armas ligeiras, uma vez que uma estratégia nacional de luta contra essa proliferação tem já foi desenvolvido e implementado com o apoio do PNUD. Além disso, a referência atual para ajudar as autoridades nacionais para combater humana e criança tráfico de mandato da Missão deve ser removido, uma vez que, com a adoção de uma lei sobre o tráfico de pessoas em 2011, um quadro legislativo está agora em lugar. A Missão e as agências das Nações Unidas devem agora garantir que a implementação da lei é monitorado e apoiado. Por último, o UNODC deve apoiar a criação e o funcionamento de um painel de especialistas que poderiam ser configurados pelo Conselho de Segurança para combater ativamente as redes de tráfico de

drogas e facilitar a adoção de sanções específicas contra os traficantes de drogas e seus cúmplices.

(II) a estrutura e força

58. A estrutura atual da UNIOGBIS deve ser ajustada para garantir maior eficiência e eficácia na implementação de seu mandato. Por isso, propor a criação de um pilar político, chefiado por um segundo especial adjunta representante no nível D-2, para abordar as prioridades de paz e segurança. O pilar político incluiria quatro seções temáticas: assuntos políticos e civis; regra de instituições de direito e de segurança; direitos humanos; e informação ao público. A presença regional da Missão, que seria reforçada de dois a quatro campos escritórios, também iria informar o novo Representante Especial Adjunto, que faria ajudar o meu representante especial na gestão do dia-a-dia da missão, concentrando-se em questões estratégicas nas respectivas áreas temáticas. O estabelecimento de este pilar permitiria que meu representante especial para se concentrar em bons ofícios diplomáticos e esforços de mobilização de recursos.

59. O Representante Especial Adjunto, Coordenador Residente e Residente do PNUD Representante continuaria a chefiar o pilar de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas esforços integrados na Guiné-Bissau e relatar ao meu Representante Especial na sua qualidade de Vice-Chefe do UNIOGBIS, mantendo as suas linhas para o Presidente do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e relatar ao administrador do PNUD, respectivamente.

60. Para integrar ainda mais e criar sinergias entre o desenvolvimento dos pilares políticos, meu Representante Especial continuará a presidir a política sênior grupo que define a direção para os grupos de resultado da Organização das Nações Unidas Quadro para a Paz e Desenvolvimento na Guiné-Bissau, que estão a ser apoiado pela Unidade de Planejamento Estratégico. Para reforçar os laços entre os papéis e responsabilidades ao nível da programação conjunta e entrega, os grupos de resultado também operam com o apoio da Unidade. Eles otimizam o intercâmbio de informações e a colaboração entre a

equipe das Nações Unidas e o país a esforços substanciais da Missão, sob a orientação do Representante Especial.

61. Staff reestruturação seria necessário nas várias componentes da Missão. Dada a redução do orçamento contínua de acordo com a decisão de Assembleia Geral para reduzir o orçamento de cada missão política especial para 2014, no entanto, as necessidades de pessoal adicionais seriam cumpridas no prazo existentes recursos. Esses requisitos incluem a criação de oito postos Nacionais de Diretriz de Profissional contribuir para a construção da capacidade nacional e fortalecer a componentes essenciais dos escritórios de missão e de campo. Além disso, quatro assessores, na defesa, segurança interna e aplicação da lei, Estado de Direito e Estado pública instituições, serão recrutados através de pessoal fornecidos pelo governo modalidade.

62. Dada a necessidade urgente de perícia das Nações Unidas em matéria de droga tráfico e ao crime organizado transnacional para ser localizado no país, é altamente recomendável que será prestado apoio à assegurar a presença contínua de UNODC na Guiné-Bissau.

2. Ajustes na abordagem integrada da Comissão de Consolidação da Paz e Fundo de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

63. Uma vez que o calendário eleitoral é anunciado e um roteiro aprovado pela Assembleia Nacional, o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz e UNIOGBIS deve funcionar e constituir ou reativar o comitê de direção conjunta para rever o Fundo da Consolidação da Paz, à luz da evolução da situação no país, tendo plenamente em conta o relatório da missão de avaliação técnica.

3. Ajustamentos às atividades da equipe do país das Nações Unidas

64. A equipe das Nações Unidas deve melhorar e ampliar o seu apoio ao governo local, Estado de direito, autoridades legislativas e da administração pública, em além de programação de geração de emprego, em estreita coordenação com UNIOGBIS.

65. UNIOGBIS e PNUD, em estreita colaboração e coordenação com a equipe das Nações Unidas, deve desenvolver um programa conjunto nas áreas de justiça, polícia e correções para complementar as vantagens comparativas de cada um sob o regime do ponto focal global para a polícia, a justiça e áreas correções no Estado de direito no pós-conflito e outras situações de crise.

66. Finalmente, para apoiar o Governo na prestação de serviços sociais básicos e aumentar a capacidade das estruturas locais, a equipe das Nações Unidas deveria aumentar a sua presença no terreno em áreas críticas do país.

IV. Observações

67. Embora os desafios na Guiné-Bissau aparecer esmagadora tendo em vista a fraqueza do Estado e os indicadores socioeconômicos persistentemente críticos, o país não se degenerou em um conflito aberto. Ao mesmo tempo, o país abundância de recursos naturais pode constituir uma boa base para socioeconômico desenvolvimento. Passando esta promessa em realidade de uma forma que beneficia o todo população seria, no entanto, ser possível somente se houver estabilidade política e segurança. Essa estabilidade exigirá o compromisso genuíno de todas as partes interessadas para mudar o conflito político-militar cíclica na busca de interesses individuais. Também requer o compromisso dos parceiros internacionais para trabalhar com atores nacionais para alcançar uma visão de longo prazo de paz, segurança e desenvolvimento. Para o efeito, compromissos claros para um regresso à ordem constitucional precisam ser feitas pelas autoridades de fato.

68. Embora tenha havido algum progresso no processo de diálogo entre o Comissão Parlamentar e outras partes interessadas nacionais sobre a finalização do regime pacto, estou preocupado que as diferenças na duração da transição e o que precisa ser feito ainda não se estreitaram. Parece haver consenso entre as partes interessadas nacionais que as eleições não são um fim em si mesmos. Além disso, todos parecem concordar que o processo político atual deve ser uma oportunidade para soluções sustentáveis para os problemas sociais, econômicos, políticos e militares, que implicaria a construção do Estado através da prossecução de reformas essenciais no

médio e longo prazo, incluindo nos setores políticos e de defesa. Eu fortemente instar as partes interessadas nacionais para construir essa visão compartilhada.

69. O processo político contínuo deve ser visto a partir de uma perspectiva mais ampla e deve ser composto de duas fases. A primeira, que iria acabar com as eleições, se estabelecer as bases para uma segunda fase de quatro anos dedicados à implementação de reformas fundamentais. Essa base implicaria um acordo sobre um regime pós-eleitoral e uma agenda de reformas, na sequência de consultas amplas e inclusivas com todas as partes interessadas, além de um compromisso genuíno e boa vontade. Exorto, portanto, todos os intervenientes nacionais para trabalhar de boa fé no sentido de um novo pacto de regime e um consensual roteiro de transição que deve incluir uma eleitoral bem definida programação e a formação de um governo de transição inclusivo. A Organização das Nações Unidas continua empenhada em apoiar os esforços nacionais para a consecução consenso sobre o roteiro de transição e, uma vez que as autoridades eleitas estão no lugar, para a implementação de um programa de reformas a médio prazo, no interesse de todos cidadãos da Guiné-Bissau.

70. O país foi afetado por greves que os problemas de destaque sintomático da necessidade de reformas profundas e uma economia revitalizada. As crianças da Guiné- Bissau, que perderam 30 por cento de suas aulas durante o ano letivo, são um exemplo infeliz de o alto custo dos problemas socioeconômicos de continuar. O país precisa de reconhecimento internacional através de eleições se for para retomar totalmente com os seus parceiros internacionais e mobilizar apoio substancial para reformas urgentes e recuperação econômica.

71. O impacto do crime organizado transnacional e tráfico de drogas em paz, de estabilidade e de desenvolvimento esforços na Guiné-Bissau deve permanecer um foco. Contra-medidas eficazes devem ser vistas a partir de uma perspectiva internacional e regional, exigindo uma parceria comensurável com os países de origem, de trânsito (incluindo Guiné-Bissau) e destino. Caso o Conselho de Segurança estabelecer um painel de especialistas para

combater ativamente as redes de tráfico de drogas e facilitem a adoção de sanções contra os traficantes e seus cúmplices alvo, o UNODC está pronto para disponibilizar sua expertise para auxiliar no estabelecimento e funcionamento do painel. A este respeito, faço um apelo aos parceiros internacionais para apoiar a UNODC presença no país para desenvolver seus esforços nacionais nascentes de capacitação para que ele possa desempenhar o seu papel no quadro mais amplo da Iniciativa na Costa da África Ocidental.

72. Para as Nações Unidas serem capazes de fornecer apoio crítico à Guiné-Bissau nos períodos pré-eleitorais e pós-eleitorais, eu recomendo que o mandato atual UNIOGBIS seja revisto, conforme proposto nos parágrafos 55 a 57 do presente relatório e prorrogado por um período de 12 meses até 31 de Maio de 2014, o que permitirá a Missão para fornecer mais apoio estratégico às autoridades nacionais, em cooperação com parceiros internacionais relevantes. Eu também recomendo que o Conselho aprove a recomendações contidas nos números 58 a 66 do presente relatório.

73. Em conclusão, gostaria de expressar o meu apreço ao pessoal do UNIOGBIS, sob a liderança de meu representante especial, José Ramos-Horta, e todo o Equipa das Nações Unidas, além de membros da mais ampla internacional comunidade e organizações não-governamentais nacionais e internacionais, para a sua contribuição para a consolidação da paz na Guiné-Bissau.

7. Referências e links úteis

➤ Crisis Group – A ONG faz relatórios e junta reportagens de situações de crise em todo mundo. Possui um amplo material sobre a situação da Guiné-Bissau e outros países que sofrem com guerras civil e/ou militar, violência e crises políticas.

<http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/west-africa/guinea-bissau.aspx>

➤ Resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2013:

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2092\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2092(2013))

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2103\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2103(2013))

Texto “Hora de Partida: Missão Angolana “MISSANG” começa a sair da Guiné-Bissau”. Disponível em: <<http://www.gbissau.com/?p=1064>>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

Texto “Guiné-Bissau: Início da segunda volta das Presidenciais”. Disponível em <<http://www.bissaudigital.com/noticias.php?noticia=2000333543>>. Acesso em: 27 de abril de 2014.

Texto “Guiné-Bissau: Presidente do PAIGC apela ao fim da perseguição de políticos”. Disponível:

<<http://www.bissaudigital.com/noticias.php?noticia=2000333424>>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

Texto “Guiné-Bissau: um ano após o golpe”. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130412-guine-bissau-um-ano-apos-o-golpe>>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

Texto “Disparos de armas pesadas são ouvidas na capital da Guiné-Bissau”. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/idBRSPE83B0D020120412>>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

Texto “Guiné-Bissau vai precisar de ajuda”. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/guine-bissau-vai-precisar-de-ajuda/>>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

SCHIEFER, Ulrich; MAY, Silke. *Documentação sobre o Golpe de Estado na Guiné-Bissau*. Editora Münster, IFS, 1982. p. 555.

MOURÃO, Danielle E. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção*. Pro-posições, Campinas, vol. 20. P. 83-101. Janeiro/Abril 2009.

WOOLLACOTT, John. *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. *Análise Social*, vol. XIX. p. 1131-1155.

Texto “ELEIÇÕES 2014: DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CNE, AUGUSTO MENDES”. Disponível em: <<https://guinebissaudocs.wordpress.com/2014/04/14/eleicoes-2014-declaracao-do-presidente-da-cne-augusto-mendes-gbissau-com/>>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

<http://m.voaportugues.com/a/bissau-un-us/1512480.html>

<http://ntpinto.wordpress.com/tag/guine-bissau/>

<http://www.un.org/News/Press/docs/2003/sc7797.doc.htm>

<http://uniogbis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=9878&language=en-US>

<http://novasdaguibissau.blogspot.com.br/2012/06/franca-e-russia-pronunciam-se-sobre.html>

<http://appablog.wordpress.com/2014/04/07/security-council-press-statement-on-situation-in-guinea-bissau-2/>

<http://guinebissaudocs.wordpress.com/2013/02/20/guine-bissau-reino-unido-exige-eleicoes-gerais-ainda-em-2013-jornal-digital/>

<http://appablog.wordpress.com/2014/04/07/security-council-press-statement-on-situation-in-guinea-bissau-2/>

<http://gw.china-embassy.org/por/zjbgx/>

<http://www.gbissau.com/?p=1613>

<http://www.gbissau.com/?p=8212>

http://www.didinho.org/DCP_Guinee_Bissao_PT.pdf

http://www.au.int/en/partnerships/africa_china

<http://novasdaguibissau.blogspot.com.br/2012/06/franca-e-russia-pronunciam-se-sobre.html>

<http://rwandaun.org/site/2013/04/29/security-council-press-statement-on-libya/>

<http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=15227&a=62489>

<http://www.un.org/News/Press/docs/2014/sc11299.doc.htm>

<http://newyork-un.mae.lu/fr/News/Guinea-Bissau-Security-Council-Press-Statement3>

<http://www.un.org/News/Press/docs/2014/sc11345.doc.htm>

<http://www.portaldeangola.com/2012/05/assinado-acordo-de-transicao-em-guine-bissau/>

<http://www.oplop.uff.br/boletim/1498/populacao-bissau-guineense-no-contexto-pos-golpe>

<http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2514/relatorio-oplop-25-guine-bissau-um-relato-sobre-contexto-do-golpe-de-estado-de-abril-de-2012>

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=620577&tm=7&layout=121&visual=49>

<http://www.news.va/pt/news/guine-bissau-novo-governo-de-transicao-empossado>

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/novo-governo-de-transicao-na-guinebissau-com-ministros-do-paigc-1596736>